

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 069/2026		Data de Abertura: 03/06/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do PE no compras.gov.br: 900692026		UASG: 925302	Nº do Proc.: 10.000.000007.2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO (BANNER EM LONA, FOLDER VOLANTE, CARTAZ E CARTILHA)			
Órgão Requisitante: SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES E DA DIVERSIDADE HUMANA - SEMDH			
Valor Total Estimado: R\$ 54.292,80 (cinquenta e quatro mil duzentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)			
PREGÃO ELETRÔNICO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (NÃO CONTÍNUOS)			
Registro de Preços?	Vistoria?	Amostra?	
NÃO	NÃO	NÃO	
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Critério de Julgamento das Propostas?	
SIM	NÃO	MENOR PREÇO	
Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO		Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM	
<u>DESTAQUES</u>			
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			



EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A presente licitação é destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Estadual nº 32.056/2011, não se aplicando as regras de desempate, constantes nos referidos normativos, dispostas no item 6.17.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores, TODOS os itens são para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



- 2.6.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.1. sociedades cooperativas;
- 2.7.2. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.



- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;
- 5.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 5.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.



- 5.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



- 6.10.5. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.

6.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



- 7.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);
- 7.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>);
- 7.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 7.1.2.; 7.1.3.; 7.1.4. e 7.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

8. DA PROPOSTA ADEQUADA

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



- 8.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 8.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.7. Além das informações exigidas no item 5 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
- 8.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- 8.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;
- 8.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- 8.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;
- 8.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.
- 8.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
- 8.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;
- 8.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 8.7.8. No caso da incidência de ICMS:
- 8.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
- 8.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
- 8.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- 8.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



8.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.2.1. contiver vícios insanáveis;

9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

9.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:

9.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.





10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 10.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 10.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



- 10.10. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 10.11. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 10.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 10.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 10.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 10.12.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inhabilitação.
- 10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.10.1.
- 10.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 10.17. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:



10.17.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- 10.17.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.17.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.17.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.17.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.17.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.17.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.17.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.17.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.17.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.17.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 10.17.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 10.17.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.17.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

- 10.17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



10.17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.17.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.17.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.17.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.17.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.17.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

10.17.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.17.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.17.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

10.17.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.17.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.17.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.17.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.



10.17.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.17.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.17.4. Relativos à Qualificação Técnica:

10.17.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

10.17.5. Disposições gerais sobre habilitação

10.17.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.17.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.17.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.17.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.17.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.17.6. Documentos Complementares:

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



12.1.6. fraudar a licitação

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 12.7. e 12.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 12.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 12.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.





13. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic09@centraldecompras.pb.gov.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO CONTRATO

- 14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, conforme Termo de Referência.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 14.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 14.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 14.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



14.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

14.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

14.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

14.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada



no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

- 16.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 16.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.
- 16.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.
- 16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos
- 16.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Modelo de Banner;
- 16.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Modelo de Folder;
- 16.15.1.4. Anexo IV do Termo de Referência – Modelo de Cartaz;
- 16.15.1.5. Anexo V do Termo de Referência – Cartilha (Guia estadual de enfrentamento à misoginia);
- 16.15.1.6. Anexo VI do Termo de Referência – Modelo de Proposta Comercial;



16.15.1.7. Anexo VII do Termo de Referência – Plano de Trabalho do Convênio Transferegov N.º 968128/2024.

16.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

16.15.3. ANEXO III – Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

16.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração de enquadramento como ME – EPP

16.15.5. ANEXO V - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

16.15.5.1. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital

Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo
Responsável pela Revisão do Edital





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO:

PROCESSO Nº.: SMH-PRC-2025/00007

SERVIÇO MATERIAL GRÁFICO

**ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES E DA
DIVERSIDADE HUMANA**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de material gráfico compreendendo os seguintes itens, devidamente individualizados por item, unidade de medida e quantitativo: Banner em lona; Folder volante; Cartaz e Cartilha. destinado à execução das ações previstas no Plano de Trabalho do Convênio nº 968128/2024, firmado entre o Ministério das Mulheres e a Secretaria de Estado das Mulheres e da Diversidade Humana da Paraíba-SEMDH, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta dias) contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, devido as demandas previstas no Termo de Convênio Transferegov nº 968128/2024 – Número Interno 4960/2024. A razão principal é que a quantidade estimada de demandas no PCA 2024 será extrapolada, em razão de um aumento expressivo nas atividades institucionais planejadas para o ano. Especificamente, destaca-se a realização das conferências estaduais e nacionais, eventos que ocorrem excepcionalmente neste exercício e que demandam significativo volume de recursos operacionais e logísticos. Essas conferências, por sua natureza e abrangência, requerem a priorização de contratações emergenciais e específicas, comprometendo, assim, a capacidade de absorção integral das demandas adicionais advindas do referido convênio no planejamento já consolidado. Dessa forma, a inclusão parcial no PCA se mostra necessária e estratégica para garantir a execução equilibrada das ações previstas para 2024, respeitando os limites orçamentários e operacionais da Instituição.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Serão adotadas as normas ambientais prescritas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU 5ª edição, de 2022, no que se refere ao descarte e manuseio do objeto desta licitação.

4.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.2.1. O quantitativo descrito na solicitação deverá ser entregue na Secretaria de Estado das Mulheres e da Diversidade Humana, localizada na Avenida João da Mata, nº185, Jaguaribe, João Pessoa-PB, na Gerência Administrativa, Tecnologia e Informação, no horário das 08:00 às 16:00, de acordo com a Gerência de Administração, Tecnologia e Informação, através de ordem de serviço ou ofício, contendo o quantitativo com medidas do material a ser confeccionado de acordo com o item, bem como o prazo de até 30 (trinta) dias para entrega.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) Não se aplica

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

- 4.3. Não se aplica

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.4. Não se aplica

Subcontratação

- 4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

Vistoria

- 4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.





5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias da [publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP].

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A contratada deverá entregar os itens na Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba, localizada no seguinte endereço: Avenida João da Mata, número 185, Bairro Jaguaribe, na Gerencia Administrativa.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. A contratada deverá confeccionar e entregar os itens solicitados de acordo com a arte enviada pela Gerencia de Administração, Tecnologia e Informação da SEMDH;

5.3.2. O acabamento deve ser perfeito, sem manchas ou falhas de impressão, o material deverá ser exatamente como descrito neste termo de referência;

5.3.3. Os itens devem ser entregues acondicionados individualmente em embalagem resistente que não comprometa a qualidade do material.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. A arte será entregue à empresa vencedora pela Gerencia de Administração, Tecnologia e Informação da SEMDH, conforme especificação da solicitação da demanda do pedido

5.4.2. Fica estabelecido que a CONTRATADA deverá comunicar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração ou imprevisto que possa comprometer a entrega do(s) item(s) solicitado(s), devendo propor soluções alternativas e apresentar justificativas plausíveis para a CONTRATANTE. A aprovação de tais alterações dependerá da análise e anuência prévia da Gerencia de Administração, Tecnologia e Informação- GATI da SEMDH.

5.4.3. Caso haja a necessidade de alteração dos locais de entrega do(s) item(s) solicitado(s), por motivo de força maior ou conveniência da CONTRATANTE, esta deverá notificar a CONTRATADA com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, indicando os novos locais e horários de entrega.

5.4.4. A CONTRATADA deverá acatar prontamente tais alterações, sem prejuízo da qualidade e pontualidade.

5.4.5. É de responsabilidade da CONTRATANTE disponibilizar, nos locais de entrega, uma área adequada para o recebimento do(s) item(s) solicitado(s), com infraestrutura adequada para garantir a correta estocagem.





GOVERNO DA PARAÍBA

5.4.6. A CONTRATANTE realizará a conferência dos itens no momento da entrega, verificando a quantidade, qualidade e adequação, de acordo com as especificações do Termo de Referência. Eventuais desconformidades deverão ser notificadas imediatamente à CONTRATADA para as devidas providências.

5.4.7. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar a aceitação dos itens que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo responsabilidade da CONTRATADA a substituição imediata do(s) item(s) rejeitado(s), sem ônus adicional para a CONTRATANTE

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);





GOVERNO DA PARAÍBA

- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI).
- 6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

Gestor do Contrato

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)





GOVERNO DA PARAÍBA

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).

7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, VII).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;





GOVERNO DA PARAÍBA

- 7.7.2.O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3.A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.7.4.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1.Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 7.9.2.Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.9.3.Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4.Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5.Envia a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.





GOVERNO DA PARAÍBA

- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.15.1. o prazo de validade;
 - 7.15.2. a data da emissão;
 - 7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.15.5. o valor a pagar; e
 - 7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
 - 7.15.7. se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
- 7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.19. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





GOVERNO DA PARAÍBA

- 7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

Prazo de pagamento

- 7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.25. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.27.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.27.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.27.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 7.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADO POR PREÇO UNITÁRIO
- 8.3. **Exigências de habilitação**
- 8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.5.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.5.1.1. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 30 % dos quantitativos licitados.
- 8.5.1.2. A exigência de atestados será restrita às parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.5.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.5.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.5.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.





9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

9.1.1. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão 100001
- II. Fonte de Recursos 700
- III. Programa de Trabalho: 5046
- IV. Elemento de Despesa: 339039.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXO (S)

- **Anexo I** – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos;
- **Anexo II** – Modelo de Banner;
- **Anexo III** – Modelo de Folder;
- **Anexo IV** – Modelo de Cartaz;
- **Anexo V** – Cartilha (Guia estadual de enfrentamento à misoginia);
- **Anexo VI** – Modelo de Proposta Comercial;
- **Anexo VII** – Plano de Trabalho do Convênio Transferegov N.º 968128/2024.

João Pessoa, 16 de abril de 2026.

Histórico de versões:

Criado em: 20/08/2025

Modificado em: 14/10/2025

Modificado em: 16/01/2026

Modificado em: 28/01/2026

Modificado em: 05/02/2026

Modificado em: 16/04/2026





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Elaborado por:

FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA

Gerente de Administração e Execução de Convênios

Gerência de Administração e Execução de Convênios - SEMDH

CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA

Gerente de Administração Tecnologia da Informação

Gerência de Administração, Tecnologia e Informação - SEMDH

Aprovado por:

LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA

Secretária de Estado das Mulheres e da Diversidade Humana

Secretaria de Estado das Mulheres e da Diversidade Humana- SEMDH





ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:10.000.000007.2025

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde	R\$ Un.	LC 123/2006
1	39848	BANNER em lona, com impressão em policromia, no formato (0,80 x 1,200)m com diagramação, acabamento com duas hastes de estrutura metálica, uma em cada extremidade, sendo com corda de sustentação para suporte desmontável	Un	20	84,643	Exclusivo ME ou EPP.
2	130816	CARTAZ personalizado com formato (310 x 440) mm, 4/0 cores em CtP, em couche brilho 115g, fechamento arquivo CTP, conforme Termo de Referência.	Un	10000	0,387	Exclusivo ME ou EPP.
3	136891	CARTILHA formato 15 cm de largura e 20 cm de altura, 15 páginas, com impressão colorida frente e verso em papel couche.	Un	10000	2,823	Exclusivo ME ou EPP.
4	92145	FOLDER VOLANTE 1 DOBRA Form. Aberto 300 x 210 mm, Form. Fechado 150 x 210 mm, 1 Lâmina em Couche FOSCO 150 g/m2, 4 x 4 cores, Laminação Fosca Total Frente e Verso. Conforme diagramação.	Un	50000	0,413	Exclusivo ME ou EPP.

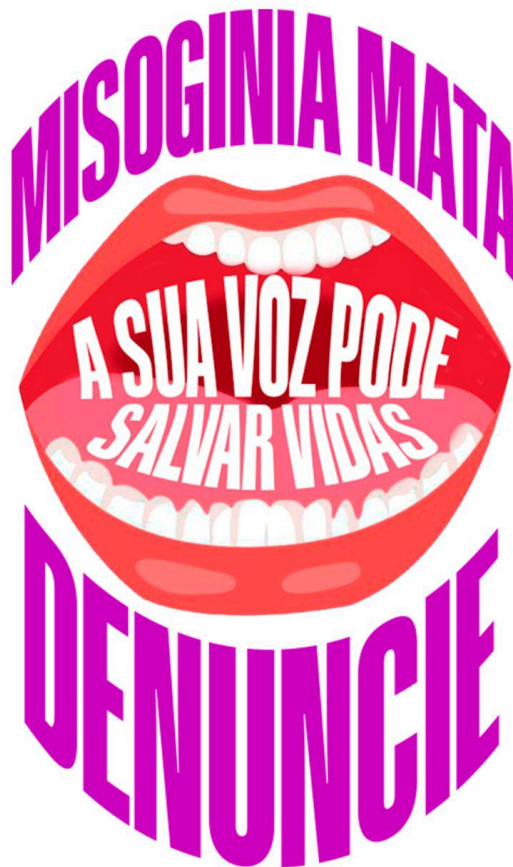
2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$54.442,860

ANEXO II – MODELO DA ARTE PARA O BANNER

SECRETARIA DE ESTADO
DA MULHER E DA
DIVERSIDADE HUMANA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



MINISTÉRIO DAS
MULHERES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



ANEXO III – MODELO DE FOLDER

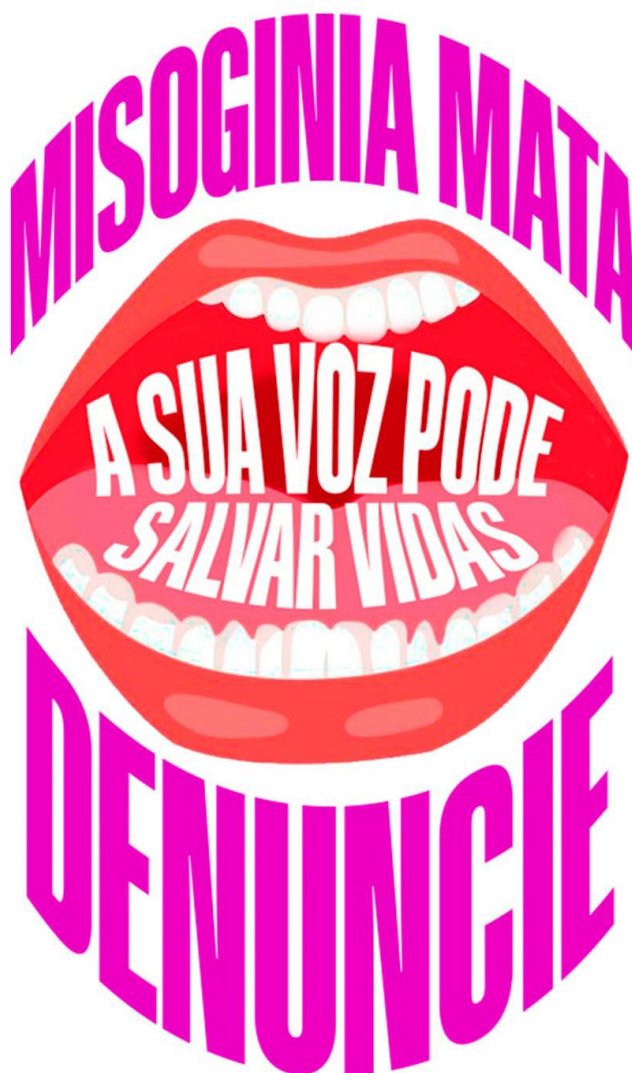


ANEXO IV – MODELO DE CARTAZ

SECRETARIA DE ESTADO
DA MULHER E DA
DIVERSIDADE HUMANA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



MINISTÉRIO DAS
MULHERES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



ANEXO V Cartilha (Guia estadual de enfrentamento à misoginia)



Expediente 1

João Pessoa/PB, 2025.



GOVERNADOR
JOÃO AZEVEDO LINS FILHO

VICE-GOVERNADOR
LUCAS RIBEIRO NOVAIS DE ARAÚJO

SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES E DA DIVERSIDADE HUMANA
LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA

GERENTE EXECUTIVA DE EQUIDADE DE GÊNERO
JOYCE CONCEIÇÃO BORGES

GERENTE OPERACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
KALIANDRA DE OLIVEIRA ANDRADE

Expediente 2

João Pessoa/PB, 2025.



COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Janaina Lúcia de Araújo

SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

Kaliandra de Oliveira Andrade
e Janaina Lúcia de Araújo

EDIÇÃO

Janaina Lúcia de Araújo

REVISÃO FINAL

Lídia de Moura Silva Barbosa
Janaina Lúcia de Araújo

PROJETO GRÁFICO E DESIGN

Vitória Farias Lima Rosendo

2



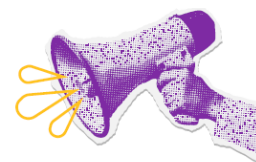
Por uma Paraíba livre de violências de gênero

A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) tem como missão propor, coordenar, articular e executar políticas públicas voltadas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, da população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias), da população negra e das comunidades tradicionais (cigana, indígena, quilombola e religiões de matriz africana) no Estado da Paraíba.

Nesse contexto, a SEMDH atua por meio da Gerência Executiva de Equidade de Gênero (GEEG), responsável pela execução e acompanhamento de políticas públicas para mulheres em sua diversidade. A GEEG conta com três gerências operacionais: a Gerência Operacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (GOEVM), a Gerência Operacional de Enfrentamento à Pobreza, Emprego e Geração de Renda e a Gerência Operacional de Políticas Intersetoriais. Além disso, a GEEG promove ações intersetoriais, interseccionais e transversais, visando fomentar a equidade de gênero, racial e de diversidade sexual, bem como assessorar as gestões municipais na implantação e fortalecimento de órgãos locais dedicados às políticas para mulheres.

Dentre as atribuições da GEEG, destaca-se o trabalho da Gerência Operacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (GOEVM), responsável por políticas e ações de combate à violência de gênero. A GOEVM oferece atendimento especializado por meio dos seguintes equipamentos: a Casa Abrigo Aryane Thais (CAAT), a Casa de Acolhimento Provisório Irene de Sousa Rolim (CAP), o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha (PIPMP), o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL) e o Centro de Referência Intermunicipal de Atendimento às Mulheres do Cariri: Maria Eliane Pereira dos Anjos (CRIAMC).

3



O trabalho da GEEG concentra-se no enfrentamento às diversas formas de violência contra as mulheres, incluindo a assistência às mulheres em situação de violência doméstica e sexual, a oferta de capacitações sobre a Lei Maria da Penha para profissionais de serviços municipais, estaduais e organizações sociais, a formação e fortalecimento de redes municipais de proteção às mulheres, o acompanhamento judicial de processos de feminicídio e o apoio às famílias das vítimas. Além disso, a GEEG participa de mobilizações promovidas por movimentos sociais e promove ações culturais que combatam a cultura machista e valorizem a produção cultural das mulheres.

Este guia tem como objetivo registrar e disseminar informações sobre o conhecimento e enfrentamento à misoginia, destacando suas implicações na vida das mulheres. A iniciativa integra a adesão à campanha nacional #BrasilSemMisoginia (2025), promovida pelo Ministério das Mulheres, reforçando o compromisso do estado da Paraíba com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de violências de gênero.

Que este material sirva como ferramenta de conscientização, formação e transformação, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas que garantam os direitos das mulheres e promovam a equidade de gênero em todas as esferas da sociedade.

Lídia Moura
Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH)



4

1- O que é Misoginia?

Misoginia é o ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres. Esse fenômeno tem raízes históricas profundas, muitas vezes ligadas a estruturas patriarcais que colocam as mulheres em posições de inferioridade. No Brasil, a cultura machista ainda é muito presente, refletindo-se em altos índices de violência contra a mulher. Na Paraíba, por exemplo, em 2024, foram registrados mais de 5,9 mil casos de violência doméstica, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Esses números evidenciam como a misoginia se manifesta de forma estrutural e impacta a vida das mulheres.

A misoginia não se limita a atos explícitos de violência; ela também se manifesta em comportamentos sutis, como estereótipos, discriminação e práticas que perpetuam a desigualdade de gênero. Entender esse conceito é o primeiro passo para combatê-lo.

Origem e significado:

A palavra misoginia tem origem na Grécia Antiga, formada por *miseó* (ódio ou aversão) e *gyné* (mulher). Portanto, a misoginia é o ódio, desprezo e aversão em relação às mulheres ou a tudo que expressa e se refere ao feminino. Esses sentimentos de aversão se manifestam tanto por omissões (desprezo, invisibilidade, silenciamento, negligência) quanto por ações (violências, comportamentos controladores, objetificação, linguagem depreciativa, discursos de ódio e feminicídio). A misoginia assemelha-se a um combustível potente e letal nas relações desiguais entre os gêneros, criando e intensificando desigualdades e violências. Ela está presente no sexismo, no machismo e no patriarcado, conceitos que estão intimamente relacionados com a ideia de que o gênero masculino é superior ao feminino e, portanto, deve ocupar lugares de privilégio (espaços de poder, decisão e autonomia) nas sociedades.



5

2- Sexismo, Machismo e Patriarcado

Entendendo as diferenças para Combater a desigualdade, você já parou para pensar como o sexismo, o machismo e o patriarcado moldam a nossa sociedade?

Esses três conceitos estão profundamente interligados e são responsáveis por perpetuar desigualdades de gênero que afetam a vida de milhões de pessoas. Vamos desvendar cada um deles de forma clara e engajada, porque entender é o primeiro passo para transformar!

2.1- Sexismo: A raiz da discriminação

O sexismo é como um veneno que se infiltra nas nossas atitudes, comportamentos e até nas nossas palavras. Ele discrimina pessoas com base no sexo biológico, na identidade de gênero ou na orientação sexual, e pode aparecer de formas sutis ou escancaradas.

Exemplos de sexismo:

- **Sexismo hostil:** Desvalorização direta, como achar que mulheres não são capazes de liderar ou que homens não podem cuidar dos filhos.
- **Sexismo benevolente:** Parece elogio, mas é uma armadilha. Por exemplo, dizer que "mulheres são naturalmente mais sensíveis" ou que "homens são os protetores da família". Parece inofensivo, mas reforça estereótipos que limitam as pessoas.

O sexismo está em todo lugar: nas piadinhas, nas expectativas sobre profissões, nos comentários sobre roupas e até nas escolhas de brincadeiras para meninos e meninas. E o pior? Ele abre caminho para desigualdades maiores, como o machismo e o patriarcado.

6

2.2- Machismo: A cultura da superioridade masculina

O machismo é a expressão prática da superioridade masculina. Ele é uma ideologia que coloca os homens em um pedestal e trata as mulheres como inferiores. É aquela mentalidade que diz: "homem manda, mulher obedece". E isso não é só uma ideia ultrapassada – é uma prática que gera violência e opressão.

Características do machismo:

- **Objetificação das mulheres:** Tratar mulheres como objetos, seja na publicidade, nas relações ou no dia a dia.
- **Controle sobre a vida das mulheres:** Impedir que elas trabalhem, estudem ou tomem decisões sobre o próprio corpo.
- **Cultura da culpa:** Dizer que uma mulher sofreu violência porque "estava com uma roupa curta" ou porque "não soube se impor". O machismo não só prejudica as mulheres, mas também aprisiona os homens em um modelo tóxico de masculinidade, onde eles precisam ser "fortes", "dominadores" e "emocionalmente distantes". E aí, quem sai perdendo? Todo mundo.



2.3- Patriarcado: O sistema que sustenta tudo

Imagine o patriarcado como o grande guarda-chuva que protege o sexismo e o machismo. Ele é um sistema social, político e cultural que coloca os homens no topo da hierarquia, enquanto as mulheres são relegadas a papéis secundários. O patriarcado está nas leis, nas tradições e até nas nossas famílias.

2.4- Pilares do patriarcado:

- **Controle masculino:** Homens dominam os espaços de poder, como política, economia e religião.
- **Papéis de gênero rígidos:** Homens como provedores, mulheres como cuidadoras. Quem nunca ouviu que "lugar de mulher é em casa"?
- **Normalização da violência:** A ideia de que "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher" é um exemplo clássico de como o patriarcado naturaliza a violência contra as mulheres.

O patriarcado não é só uma herança do passado – ele está vivo e forte, moldando as nossas vidas e perpetuando desigualdades. Mas aqui vai um spoiler: ele não é imbatível!

Como tudo se conecta?

O patriarcado é o sistema que sustenta o machismo e o sexismo. O machismo é a expressão prática da superioridade masculina, enquanto o sexismo é a ferramenta que justifica e normaliza essa desigualdade. Juntos, eles criam um ciclo vicioso de opressão que afeta a todos, mas principalmente as mulheres. Entender essa conexão é fundamental para desconstruir as estruturas que perpetuam a misoginia e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

3- Formas de Misoginia no cotidiano

No Brasil, 76% das mulheres já ouviram comentários misóginos no ambiente de trabalho, segundo pesquisa do Instituto Locomotiva. Na Paraíba, relatos de assédio moral e sexual em espaços públicos e privados são frequentes, evidenciando a urgência de combater essas práticas. Dados da ONU Mulheres mostram que 86% das brasileiras já sofreram assédio em locais como ônibus e ruas, realidade que também atinge as paraibanas. Abaixo, apresentamos exemplos de comportamentos misóginos que resultam em violências contra as mulheres, com o objetivo de conscientizar e promover ações efetivas de enfrentamento:

3.1- Violência Doméstica e Familiar

A violência doméstica e familiar é uma violação grave dos direitos humanos, definida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial. Essa forma de violência ocorre principalmente no ambiente doméstico, onde as mulheres são submetidas a abusos por parceiros ou familiares, muitas vezes em silêncio devido a medo ou dependência emocional e financeira.

3.2- Violência Política

A violência política é uma forma específica de violência que ocorre no contexto político, visando deslegitimar, silenciar ou controlar mulheres que participam da vida pública. Essa violência pode se manifestar por meio de ameaças, difamação, assédio ou até agressões físicas, sustentada por estruturas patriarcais que buscam manter a dominação masculina nos espaços de poder.

9

3.3- Violência Sexual

A violência sexual é definida como qualquer ato sexual ou tentativa de obter um ato sexual sem o consentimento da vítima. Pode ocorrer com uso de força, ameaça, chantagem, suborno ou manipulação. Dentro dessa categoria, destacam-se:

Estupro Corretivo: Praticado principalmente contra mulheres lésbicas como forma de "punição" por sua orientação sexual, reforçando a heteronormatividade e a violência de gênero.

Importunação Sexual: Ato libidinoso praticado sem consentimento, visando satisfazer a lascívia do agressor ou de terceiros. Inclui a exposição não consensual de conteúdo íntimo, como fotos ou vídeos, que violam a privacidade e dignidade da vítima.

3.4- Cyberviolência

A cyberviolência é praticada por meio da internet ou outras tecnologias, causando danos psicológicos, morais e até físicos. Entre as principais formas estão:

Pornografia de Vingança (Revenge Porn): Compartilhamento não consensual de imagens ou vídeos íntimos, com o objetivo de humilhar e causar sofrimento à vítima.

3.5- Cyberstalking

Perseguição online, caracterizada por monitoramento constante, envio de mensagens ameaçadoras, divulgação de informações pessoais sem consentimento e criação de perfis falsos para intimidar ou humilhar.

não
* é *
NÃO

10

3.6- Cultura do Estupro

A "Cultura do Estupro" é um termo cunhado pelo movimento feminista desde a década de 1970 para descrever como a sociedade normaliza e minimiza a violência sexual, culpabilizando as vítimas e perpetuando a impunidade dos agressores. Essa cultura se manifesta em piadas, comentários e atitudes que banalizam o sofrimento das mulheres.

3.7- Gaslighting

O gaslighting é uma forma de manipulação psicológica em que o agressor faz a vítima duvidar de sua própria percepção da realidade. Mulheres submetidas a essa prática podem se sentir confusas, invalidadas e até serem chamadas de "loucas", o que reforça a dependência emocional e a submissão ao agressor.

3.8- Mansplaining

O mansplaining ocorre quando um homem explica algo óbvio ou tenta ensinar uma mulher sobre temas que ela já domina, como seu próprio corpo ou experiências. Popularmente conhecido como "macho palestrinha", esse comportamento invalida o conhecimento das mulheres e reforça estereótipos de superioridade masculina.

3.9- Maninterrupting

O maninterrupting é a interrupção constante de uma mulher enquanto ela fala, especialmente em ambientes profissionais ou sociais. Essa prática busca deslegitimar a fala feminina, dificultando sua expressão e contribuição, e reforça a ideia de que a voz das mulheres é menos importante.

3.10- Bropropriating

O bropropriating acontece quando um homem se apropria de ideias, realizações ou trabalhos produzidos por uma mulher, assumindo o crédito por eles. Essa prática contribui para o apagamento histórico das mulheres e reforça a desigualdade de gênero em espaços profissionais e acadêmicos.

3.11- Feminicídio

O feminicídio é o assassinato de mulheres em razão de seu gênero, caracterizando-se como a forma mais extrema de violência misógina. Esse crime é motivado por questões de poder, controle e ódio, refletindo a desigualdade estrutural entre homens e mulheres em uma sociedade patriarcal. No Brasil, o feminicídio é tipificado como crime hediondo, mas ainda é uma realidade alarmante.

É importante destacar que as desigualdades de gênero se entrelaçam com outros marcadores sociais, como classe, raça e regionalidade, potencializando a vulnerabilidade das mulheres à violência. Mulheres negras, pobres e periféricas, por exemplo, estão entre as principais vítimas de feminicídio e outras formas de violência misógina.

4- Alguns dados de violências resultantes da misoginia no Brasil

A misoginia, como expressão do ódio e da discriminação contra as mulheres, tem consequências devastadoras, refletidas em números alarmantes de violências no Brasil. Os dados mais recentes, divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 (referentes a 2023), revelam um cenário preocupante e em crescimento, evidenciando a urgência de políticas públicas efetivas para o enfrentamento dessas violências.

- **Tentativas de Homicídio contra Mulheres:** Em 2023, foram registradas 8.372 tentativas de homicídio de mulheres, um aumento de 9,2% em relação ao ano anterior. Desse total, 33,4% foram tentativas de feminicídio, ou seja, tentativas de assassinato motivadas pelo gênero da vítima, representando um crescimento de 7,1% nesse tipo de crime.

- **Violência Doméstica:** As agressões em contexto de violência doméstica também aumentaram. 258.941 mulheres foram vítimas dessas violências, um crescimento de 9,8% em relação a 2022. Além disso, o número de mulheres ameaçadas subiu 16,5%, totalizando 778.921 registros de ameaças.

Violência Psicológica: Os casos de violência psicológica contra mulheres tiveram um aumento expressivo de 33,8%, com 38.507 registros em 2023.

Stalking (Perseguição): O crime de stalking, caracterizado por perseguição insistente e ameaçadora, cresceu 34,5%, afetando 77.083 mulheres.

Crimes Sexuais: Os crimes sexuais contra mulheres e meninas também registraram aumento, com 72.454 vítimas em 2023, um crescimento de 5,3% em relação ao ano anterior.

4.1- Dados da Paraíba

Na Paraíba, a Secretaria de Estado da Segurança e Desenvolvimento Social (SESDS) monitora os Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra mulheres, incluindo os casos qualificados como feminicídio. O Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) apresentou um panorama da violência contra mulheres no estado entre 2015 e 2023.

Redução de CVLI Femininos: Entre 2011 e 2019, houve uma redução significativa nos Crimes violentos letais e intencionais contra mulheres, passando de 146 casos em 2011 para 73 casos em 2019. Em 2023, foram registrados 75 casos, representando uma queda acumulada de 49% desde 2011. Apesar da redução, o número ainda é alarmante e reforça a necessidade de intensificar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Quadro 1:
Comparativo de CVLI
Femininos e Feminicídios na
Paraíba entre 2015 e 2023

ANO DE REFERÊNCIA	NÚMERO DE CVLI	NÚMERO DE FEMINICÍDIOS
2015	113	26
2016	97	24
2017	78	25
2018	84	34
2019	73	36
2020	94	35
2021	83	32
2022	86	26
2023	75	34

Fonte: SESDS/NACE (2023)



6- Como enfrentar a misoginia

A misoginia é um problema complexo e estrutural, que vai além do ódio individual às mulheres. Ela está enraizada em práticas sociais, culturais e institucionais que perpetuam a desigualdade de gênero. Para enfrentá-la, é necessária uma abordagem coletiva, multifacetada e contínua, envolvendo educação, mudança cultural, legislação e acesso a direitos. Abaixo, destacamos estratégias essenciais para combater a misoginia:

16

COMO ENFRENTAR A MISOGINIA?



6.1- Como enfrentar a misoginia

A misoginia é um problema complexo e estrutural, que vai além do ódio individual às mulheres. Ela está enraizada em práticas sociais, culturais e institucionais que perpetuam a desigualdade de gênero. Para enfrentá-la, é necessária uma abordagem coletiva, multifacetada e contínua, envolvendo educação, mudança cultural, legislação e acesso a direitos. Abaixo, destacamos estratégias essenciais para combater a misoginia.

6.2- Acesso à Informação e sensibilização

- **Campanhas de conscientização:** Utilizar meios de comunicação tradicionais e digitais para disseminar informações sobre misoginia, violência de gênero e direitos das mulheres.
- **Combate à desinformação:** Promover políticas públicas que combatam fake news e discursos de ódio contra mulheres.
- **Divulgação de serviços:** Informar a população sobre canais de denúncia, redes de apoio e serviços de proteção às mulheres, como o Ligue 180.

17

COMO ENFRENTAR A MISOGINIA?



6.3- Mudança cultural

- **Desconstrução de estereótipos:** Enfrentar padrões sociais que naturalizam comportamentos misóginos, como a objetificação das mulheres e a culpabilização das vítimas de violência.
- **Empoderamento feminino:** Apoiar mulheres em espaços de poder e decisão, promovendo sua participação política, econômica e social.
- **Masculinidades positivas:** Incentivar a reflexão sobre masculinidades tóxicas e promover modelos de masculinidade que valorizem o respeito e a equidade.

6.4- Fortalecimento da legislação

- **Implementação de leis:** Garantir a aplicação efetiva de leis que protegem as mulheres, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.
- **Punição de agressores:** Assegurar que os autores de violências misóginas sejam responsabilizados e punidos de acordo com a lei.
- **Proteção às vítimas:** Ampliar o acesso a medidas protetivas, abrigos e serviços de acolhimento para mulheres em situação de violência.

18

7 - ACESSANDO DIREITOS E ENFRENTANDO A MISOGINIA



Os direitos das mulheres no Brasil avançaram significativamente nas últimas décadas, graças à luta histórica do movimento feminista e à implementação de políticas públicas. No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados. Abaixo, apresentamos um panorama das principais conquistas legais e políticas que visam combater a misoginia e promover a equidade de gênero

19

7.1- Conquistas Legais e Políticas



- **1984:** Ratificação da CEDAW (Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), um marco internacional na defesa dos direitos das mulheres.
- **1985:** Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM), em São Paulo.
- **1993:** Reconhecimento da violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos na Conferência de Viena.
- **1995:** Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, adotada durante a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, em setembro de 1995.

- **1995:** Adoção da Convenção de Belém do Pará, que estabelece diretrizes para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres.

- **2006:** Sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), um marco no combate à violência doméstica e familiar.

- **2015:** Criação da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que qualifica o assassinato de mulheres como crime hediondo.

- **2018:** Tipificação dos crimes de importunação sexual e divulgação de cena de estupro (Lei nº 13.718/2018).

- **2021:** Criminalização do Cyberstalking (Lei nº 14.132/2021) e criação do Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica (Lei nº 14.188/2021).

- **2023:** Prioridade para mulheres em situação de violência no acesso a vagas de emprego pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine)-(Lei nº 14.542/2023).



7.2- Serviços e Políticas de Enfrentamento

- **Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180:** Serviço gratuito que oferece orientação, denúncia e apoio às mulheres em situação de violência.

- **Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013):** Garante atendimento imediato e integral às vítimas de violência sexual no SUS.

- **Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Lei nº 14.149/2021):** Ferramenta para identificar e prevenir situações de risco para mulheres em contexto de violência doméstica.

8- Participação Política

A participação das mulheres na política é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, apesar de representarem mais da metade do eleitorado brasileiro, as mulheres ainda enfrentam sub-representação nos espaços de poder e decisão. A violência política, uma expressão da violência de gênero, é um dos principais obstáculos para a plena participação feminina.

- **Movimentos sociais e coletivos:** A luta das mulheres rurais, indígenas, negras e de outros grupos marginalizados tem sido crucial para promover o reconhecimento e os direitos das mulheres na política. Esses movimentos buscam ampliar a representatividade e combater as barreiras estruturais que limitam a atuação política das mulheres.

- **Violência política:** Ameaças, assédio, difamação e outras formas de violência são utilizadas para deslegitimar e silenciar mulheres na política. Essas práticas reforçam a necessidade de políticas públicas que protejam e incentivem a participação feminina.



9- Desigualdade no Mercado de Trabalho

As mulheres enfrentam disparidades salariais e a desvalorização em ocupações tradicionalmente femininas, perpetuando a desigualdade econômica. A luta por condições igualitárias no trabalho continua, com esforços para aumentar a presença feminina em setores onde são sub-representadas.



Lei nº 14.611/2023: Sancionada em 3 de julho de 2023, essa lei visa combater a desigualdade salarial entre homens e mulheres, garantindo transparência e equidade remuneratória

Além da desigualdade salarial, as mulheres enfrentam barreiras como o teto de vidro, a dupla jornada (trabalho remunerado e trabalho doméstico) e a discriminação em processos seletivos.

10- Direitos Reprodutivos

O acesso à saúde reprodutiva e aos direitos sexuais é uma questão crucial no Brasil. Apesar de avanços, como a garantia do planejamento familiar na Constituição de 1988, muitas mulheres ainda enfrentam barreiras no acesso a métodos contraceptivos e ao abortamento legal.

- **Tabus e desafios:** A falta de informação e o estigma em torno de temas como contracepção e aborto legal limitam o acesso das mulheres a serviços de saúde adequados.

- **Políticas públicas:** É essencial ampliar a oferta de serviços de saúde reprodutiva e garantir o atendimento humanizado e livre de julgamentos.

11- Violência de Gênero

A violência contra as mulheres é uma questão grave no Brasil, abrangendo desde violência doméstica até feminicídio. O aumento da conscientização tem levado a esforços para implementar políticas públicas de atendimento, prevenção e responsabilização.

- **Lei Maria da Penha:** Um marco no combate à violência doméstica, essa lei oferece mecanismos de proteção e punição aos agressores.

- **Feminicídio:** A tipificação do feminicídio como crime hediondo em 2015 foi um avanço importante, mas ainda há muito a ser feito para prevenir e punir esses crimes.

12- Redes de Atendimento às Mulheres

As redes de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres são essenciais para garantir proteção e apoio às vítimas. Na Paraíba, essas redes são compostas por instituições públicas e organizações não-governamentais, com atuação multiprofissional e interdisciplinar.

- **Serviços especializados:** Incluem atendimento jurídico, psicológico, social, policial e de saúde, além de programas de emprego e renda.

- **Desafios:** A efetividade dessas redes depende da integração entre os serviços e da garantia de recursos adequados.

24



**ACESSE AQUI
A NOSSA REDE
DE SERVIÇOS**



25



13- Movimentos Sociais e Coletivos

Os movimentos feministas e coletivos de mulheres têm desempenhado um papel crucial na luta pelos direitos das mulheres, promovendo sua organização e empoderamento em diversas esferas.

- **Diversidade de lutas:** Mulheres do campo, trabalhadoras rurais sem terra (MST), trabalhadoras domésticas, mulheres negras e outros grupos têm pautado demandas específicas, como acesso à terra, direitos trabalhistas e combate ao racismo.

- **Impacto social:** Esses movimentos têm contribuído para a conquista de direitos e a visibilização das desigualdades de gênero.

14- Desafios Persistentes

Apesar das conquistas legais e sociais, as mulheres brasileiras ainda enfrentam desafios significativos relacionados à cultura machista, patriarcal e misógina, que perpetuam normas de gênero desiguais e limitam sua autonomia.

- **Cultura e educação:** A mudança cultural é essencial para desconstruir estereótipos e promover a equidade de gênero.

- **Implementação de leis:** A efetividade dos direitos das mulheres depende da aplicação adequada das leis e da garantia de recursos para políticas públicas.

Considerações

A misoginia tem impactos profundos na saúde mental e no bem-estar das mulheres, contribuindo para sobrecarga emocional, estresse elevado, baixa autoestima e isolamento. Esses efeitos podem levar a comportamentos autodestrutivos e aumentar o risco de ideação suicida.

A internalização da misoginia dificulta que as mulheres reconheçam a necessidade de ajuda profissional, muitas vezes por medo de julgamento ou vergonha. Portanto, problemas de saúde mental podem resultar em perda de produtividade, aumento do absenteísmo e piora nas condições financeiras e sociais das mulheres.

Em resumo, combater a misoginia é essencial não apenas para promover a saúde mental das mulheres, mas também para garantir sua igualdade e bem-estar em todos os aspectos da vida. A luta por uma sociedade mais justa e igualitária continua, com os movimentos sociais desempenhando um papel vital nesse processo.



27

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ANDRADE, K. O. A Lei Maria da Penha e o Regime de Informação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres na Paraíba. 2022. 359 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ANDRADE, K. O. O acesso e uso da informação como dispositivo de empoderamento das usuárias do centro de referência da mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

Agência Brasil. Governo quer mobilizar sociedade para enfrentamento à misoginia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-10/governo-quer-mobilizar-sociedade-para-enfrentamento-misoginia>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Agência Brasil. Governo quer mobilizar sociedade para enfrentamento à misoginia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-10/governo-quer-mobilizar-sociedade-para-enfrentamento-misoginia>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Enfrentamento à misoginia. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-contenidos/noticias/2024/maio/enfrentamento-a-misoginia-deve-ser-movimento-global-affirma-ministra-cida-goncalves-em-encontro-com-alto-comissario-da-onu-para-os-direitos-humanos>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ódio ou Opinião. Misoginia: mulheres são vítimas de ataques e violações de direitos na internet. Disponível em: <https://odioouopiniao.mdh.gov.br/misoginia-mulheres-sao-vitimas-de-ataques-e-violacoes-de-direitos-na-internet/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013-2015. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 10 set. 2019.

BUENO, S.; LIMA, R. S. (coord.). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2024. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratadosmunicipiosbrasileros.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Salvador: NEIM/UFBA, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.enfpt.org.br/acervo/jornadas/jnf-feminismo/GeneroPoderEmpoderamento_AnaAliciaCosta.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENECHEL, S. N. (org.). Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

JOÃO PESSOA (PB). Cronologia dos direitos das mulheres e leis do município de João Pessoa para as mulheres. João Pessoa: Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas Para as Mulheres / Prefeitura Municipal, 2018.

PARAIBA. Relatório anual de prestação de contas da Gerência Executiva de Equidade de Gênero 2023. In: PARAIBA. Relatório Anual de Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana. João Pessoa: SEMDH, 2023.

PARAIBA. Guia de Serviços da Rede Estadual de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual da Paraíba. [Cartilha]. João Pessoa: SEMDH, 2024. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/arquivos/pdfs/guia-da-rede-de-enfrentamento-violencia-sexual-pb.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2025.

28

MINISTÉRIO DAS
MULHERES



SECRETARIA DE ESTADO
DA MULHER E DA
DIVERSIDADE HUMANA



GOVERNO
DA PARAÍBA

Av. João da Mata, 185 - Jaguaribe, João Pessoa, Brasil
CEP: 58015-020



@semdhgovpb



(83)3218-7298



www.paraiba.gov.br/mulher-e-diversidade-humana

ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico no xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Banner em lona	Und	20		
2	Folder volante	Und	50.000		
3	Cartaz	Und	10.000		
4	Cartilha	Und	10.000		

Valor Global da Proposta: R\$ _____



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**PLANO DE TRABALHO
DO CONVÊNIO TRANSFEREGOV N.º 968128/2024**

Fortalecimento e estruturação dos Organismos de
Políticas para as Mulheres – Secretaria de Estado da
Mulher e da Diversidade Humana

**JOÃO PESSOA
2025**



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE	3
APRESENTAÇÃO	3
Capacidade técnica e operacional da proponente	3
OBJETO	3
OBJETIVOS	4
Objetivo geral	4
Objetivos específicos	4
PÚBLICO-ALVO	4
Beneficiárias	4
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	4
JUSTIFICATIVA	5
PERÍODO DE EXECUÇÃO	5
METAS E ETAPAS	5
Metas	5
Etapas	5
Relação de metas, etapas e cronograma de execução	6
RESULTADOS ESPERADOS	6
METODOLOGIA	7
RECURSOS DO PROJETO	7
DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	7
Precificação do projeto	8
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	9
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	9



IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

PROPONENTE

Proponente: Lídia de Moura Silva Barbosa, Secretária de Estado, Governo do Estado da Paraíba,

CNPJ: 12.251.050/0001-20

Endereço: Av. João da Mata, 185 - Jaguaribe - João Pessoa-PB. CEP: 58.015-020

Tel.: (83) 3218-7298

E-mail: semdh.gabinete@semdh.pb.gov.br

Página web da Instituição: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-mulher-e-da-diversidade-humana>

ENTE FEDERADO

Responsável legal do Ente Federado: João Azevedo Lins Filho

Cargo: Governador do Estado da Paraíba

CNPJ: 08.761.124/0001-00

Endereço: Palácio do Governo da Paraíba, Praça João Pessoa, S/n - Centro, João Pessoa - PB, 58013-140

Telefone: (83) 3216-8000

E-mail: chefiadegabinete@palacio.pb.gov.br

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA PROPOSTA NO OPM

Nome: Lídia de Moura Silva Barbosa

Função no órgão: Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

Endereço: Rua Rodrigues de Aquino, 496 - Jaguaribe - João Pessoa-PB. CEP: 58.015-040

Telefone: (83) 3218-7298

E-mail: semdh.gabinete@semdh.pb.gov.br

1 APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) tem a missão de propor, coordenar, articular e executar políticas públicas para mulheres, LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), população negra e comunidades tradicionais (cigana, indígena, quilombola e religiões de matriz africana), no âmbito do Governo do Estado da Paraíba. Para cumprir sua missão, a SEMDH conta com 4 (quatro) Gerências Executivas: de Equidade de Gênero; Direitos Humanos; Equidade Racial e de Direitos Sexuais e LGBTQIAPbn+, que atuam articuladas e vinculadas ao Gabinete da Secretária de Estado da Mulher.

O trabalho da Secretaria visa a equidade e o acesso para grupos populacionais, historicamente excluídos, a bens sociais, direitos civis e políticos; bem como promover a cidadania e enfrentar as diversas expressões de preconceitos e violências decorrentes do machismo, da misoginia, da LBTfobia, do racismo, da intolerância religiosa e demais violações dos direitos humanos. Cabe à SEMDH dialogar com as respectivas populações e os movimentos sociais representativos, fazer articulações intersetoriais com órgãos e secretarias do Governo do Estado, além de entidades privadas e organizações da sociedade civil. No âmbito do enfrentamento às violências contra as mulheres, contra a intolerância religiosa, contra grupos de religião de matriz africana, pessoas negras, comunidades tradicionais e LBTs, as articulações com vistas à encaminhamentos e resolutividade dos casos de violências se fazem, também, em articulação com órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público Federal e Estadual e Defensoria Pública do Estado.

A construção e a efetivação dessas políticas públicas dão-se de maneira transversal, multiprofissional e interseccional, abarcando áreas como saúde, educação, assistência social, segurança pública, sistema de justiça, habitação, emprego, trabalho e renda, meio ambiente, agricultura, entre outras, contemplando a pluralidade dos sujeitos que agregam em sua existência diferenças etárias, de gênero, de orientação sexual, de raça e etnia, de religião, com ou sem deficiência, dentre outros marcadores sociais.





Aporta ainda os seguintes Conselhos de Direitos e Fóruns, sendo responsável pelas suas secretarias executivas, manutenção e custeio: Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) e Conselho Estadual de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT); Fórum Estadual de Gestoras de Políticas para Mulheres, Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para adaptar à realidade da Paraíba as diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero, as mortes violentas de mulheres (feminicídios) ocorridas no Estado e coordena Rede de atenção às mulheres em situação de violência doméstica e sexual (Reamcav).

Além disso, a SEMDH possui assentos: a) Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETDP), b) Comitê de Saúde da População Negra (CTSPN), c) Conselho Estadual da Juventude (COEJUV), d) Fórum Estadual de Educação Étnico-racial, e) Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PB), f) Conselho Estadual de Política Cultural, g) Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Juventude, g) Comitê Intergestor de Enfrentamento à Mortalidade Materna na Paraíba, h) Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Paraíba (CAISAN), i) Comitê Estadual de Mortalidade Materna; Comitê Intersetorial de Acompanhamento de Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua, j) Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, k) Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), e l) Ouvidoria. Por fim, a SEMDH está sempre representada com participação ativa nas plenárias do Orçamento Democrático Estadual, e na Feira de Empreendedorismo da Paraíba (FENEMP) inaugurações e eventos do Governo do Estado, audiências públicas e sessões especiais da Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais com temas afins à atuação da SEMDH.

Em articulação com a Secretaria de Estado da Educação (SEE), executa ações para a promoção de uma educação inclusiva que desconstrua as desigualdades de gênero na sociedade. Grande parte do trabalho da GEEG/SEMDH é o enfrentamento às várias formas de violência contra as mulheres, com a assistência às mulheres em situação de violência doméstica e sexual, assim como a oferta de capacitações sobre a Lei Maria da Penha para profissionais que atuam em serviços municipais, estaduais,



organizações sociais, entre outros, com o intuito de colaborar para qualificar a aplicação da legislação; colabora com a formação e atuação de redes municipais de proteção que agregam serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual; acompanha a movimentação judicial dos processos de feminicídio e apoio às famílias das vítimas; participa de mobilizações promovidas por movimentos sociais. Dialoga com outras temáticas relacionadas à política pública para mulheres, como promoção da autonomia econômica e geração de emprego e renda e atividades culturais que enfrentem a cultura machista, promovendo a valorização da produção cultural das mulheres.

A gerência que estará à frente deste projeto será a Executiva de Equidade de Gênero (GEEG) que desenvolve, executa e acompanha políticas públicas para mulheres em sua diversidade por meio das seguintes gerências operacionais: Gerência Operacional de Enfrentamento à Pobreza, Emprego e Geração de Renda, Gerência Operacional de Políticas Intersetoriais e Gerência Operacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher. Cada gerência operacional tem atividades relacionadas ao empoderamento das mulheres em aspectos delimitados a saber:

- I. **Gerência Operacional de Políticas Intersetoriais**, presta assessoria técnica aos municípios para a criação e implementação de órgão municipal de políticas públicas para as mulheres, organiza e coordena reuniões e eventos do Fórum Estadual de Gestoras de Políticas Públicas para as Mulheres do estado da Paraíba, articula e participa de ações intersetoriais entre os órgãos de governo, especialmente a saúde, educação e cultura, para a efetivação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, bem como o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à LBTfobia e à intolerância religiosa.
- II. **Gerência Operacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher** Trata de elaborar, gerenciar e incentivar a criação de políticas de informação para o enfrentamento e prevenção às violências contra as mulheres na Paraíba. Além das ações estratégicas executadas pela/s gerente/s operacional em parceria com as demais gerências operacionais da GEEG, atua no atendimento às mulheres em situação de violência por meio dos seus serviços especializados:

Projeto Integrado Patrulha Maria da Penha (PIPMP), Casa de Acolhimento



Provisório Irene de Sousa Rolim (CAPISR), Casa-Abrigo Aryane Thais (CAAT), Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL), Centro de Referência Intermunicipal de Atendimento às Mulheres do Cariri - Maria Eliane Pereira dos Anjos (CRIAMC);

- III. **Gerência Operacional de Enfrentamento à Pobreza**, desenvolve ações de enfrentamento à pobreza por meio do incentivo à autonomia econômica das mulheres com vistas à elevação da cidadania feminina, entre outras atribuições. Esta gerência trabalha em parceria com o Programa Empreender Mulher para mediar o acesso às linhas de créditos para as mulheres paraibanas que estejam em situação de violência doméstica e familiar e/ou vulnerabilidade social.

2 Justificativa

Os Organismos de Políticas para as Mulheres são órgãos responsáveis pela elaboração, articulação, monitoramento e coordenação de políticas para as mulheres, promovendo sua complementaridade e convergência com áreas e instituições diversas. O órgão deve ser instituído por lei, permitindo sua estabilidade e menor vulnerabilidade às mudanças políticas (SPM, 2013). Os OPMs são importantes portas de entrada para as mulheres em situação de violência doméstica e sexual, haja vista que, para além da criação e implantação de políticas públicas para as mulheres, os OPMs por meio de sua gestora e equipe, podem servir como porta de entrada no acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica, familiar e sexual, encaminhando-as para a rede de atendimento especializada e não especializada, a depender das demandas trazidas pelas vítimas e a estrutura da rede local.

Quando o município não tem condições de criar uma secretaria, pode ser criada uma coordenadoria, gerência ou núcleo, desde que esteja vinculada à secretarias afins ou ao Gabinete do/a Prefeito/a, permitindo assim cumprir o seu papel frente às políticas para as mulheres. Assim, é indispensável que tenha a sua disposição uma estrutura mínima de funcionamento: espaço físico, equipamentos e uma equipe multiprofissional, necessitando desta maneira, de dotação orçamentária própria,





prevista na lei orçamentária anual (SPM, 2013). Importante ressaltar que o nosso fomento é que sejam criadas Secretarias de Mulheres, podendo assim ter uma autonomia na formulação da política pública.

Uma das áreas de atuação mais evidentes das secretarias/coordenadorias é a ação de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja estratégia mais importante é criação, instalação, coordenação e manutenção de redes de atendimento e enfrentamento à violência doméstica, familiar e sexual, com seus entes diversos. Outras políticas, também, podem ser lideradas pela secretaria/coordenadoria, são: acesso, uso e disseminação de informações por meio de treinamentos profissionais para mulheres em múltiplas áreas; formação de professores e profissionais da educação e de gestores/as e servidores/as públicos em gênero e políticas para as mulheres; oficinas sobre os direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento do sexismo, racismo e lesbofobia entre outros (SPM, 2013).

Em 2015 foi assinado um Termo de Compromisso nº001/2015 entre o governo federal e governo do estado da Paraíba para a implantação de 40 órgãos de políticas públicas para mulheres, além da criação do Fórum Estadual de Gestoras de Organismos de Políticas Públicas para Mulheres ou Fórum de Gestoras. No governo de João Azevedo, a partir de 2019, o número de organismos aumentou para 87 municípios com organismos direcionados à criação de políticas públicas para as mulheres e, alguns, com foco na diversidade humana, *atualmente com 101 OPMs*.

Ainda no início da gestão de João Azevedo, foi criado, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), o prêmio: Selo Social Prefeitura Parceira das Mulheres. Esta iniciativa foi instituída por meio do Decreto nº 39.307, de 19 de julho de 2019, publicado no Diário Oficial, contando com a parceria da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Articulação Municipal (SEDAM) e a Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP). O objetivo geral deste Selo é estimular políticas públicas destinadas à promoção dos direitos das mulheres e de equidade de gênero, desenvolvidas pelas prefeituras paraibanas, considerando as potencialidades de cada município.

O Selo pode ser conseguido por meio de ações desenvolvidas levando em consideração 5 (cinco) Eixos:



- I - Saúde integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos;
- II - Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- III - Empreendedorismo, autonomia econômica, desenvolvimento sustentável com igualdade social;
- IV - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e
- V – Promoção e apoio à arte e à cultura produzidas e desenvolvidas pelas mulheres.

Estas estratégias impulsionam e fortalecem as prefeituras a desenvolverem e ampliarem políticas para as mulheres em vários segmentos. Salientando que a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana mantém o diálogo constante por meio do Fórum de Gestoras, oferecendo formações, oficinas, seminários e troca de experiências. Portanto, pretendemos com este projeto, intensificar as formações e campanhas sobre misoginia e seu enfrentamento juntos às gestoras de políticas para as mulheres por meio do Fórum Estadual.

Afinal, Políticas Públicas eficientes são aquelas que enfrentam as desigualdades de gênero e garantam às mulheres uma vida mais igualitária no acesso aos direitos sociais e humanos. Para tanto se faz necessário uma transformação na cultura machista, patriarcal, racista e sexista que relega às mulheres aos índices mais negativos nas estatísticas de crimes violentos letais e intencionais, feminicídios, divisão sexual do trabalho, assim como a introdução dos homens no mundo doméstico, a fim de fomentar a participação da mulher no mundo do trabalho sem a dupla ou tripla jornada.

Uma das graves violações dos direitos humanos que afetam milhares de mulheres, no Brasil, é a violência. Os estudos sobre o fenômeno, há décadas, têm revelado a perversa realidade vivenciada pelas mulheres. Segundo o Anuário de Segurança Pública de 2023 houve um aumento de 6,1% nos casos de feminicídios, tomando como base os dados coletados em 2022, correspondendo ao quantitativo de 1.437 mulheres e 3.924 foram assassinadas. A etnia das vítimas de feminicídio alerta para o racismo como possível catalizador desta violência, demonstrando que 61,1%



eram negras (pretas e pardas). Quanto à faixa etária, 71,9% das vítimas de feminicídio tinham entre 18 e 44 anos e o autor da violência em 53,6% dos casos eram parceiros íntimos, 19,4% ex-parceiro íntimo e 10,7% era familiar da vítima.

A Secretaria de Estado da Segurança e Desenvolvimento Social (SESDS) realiza a estatística de Crimes Violentos Letais e Intencionais contra Mulheres e quando estes recebem a qualificadora de Feminicídio. Assim, iremos apresentar no quadro a seguir, os dados de CVLI femininos e feminicídios de 2015 até 2023 no estado.

Quadro 1: Comparativo de CVLIs Femininos e Feminicídios na Paraíba entre 2015 e 2023

ANO DE REFERÊNCIA	NÚMERO DE CVLIs	NÚMERO DE FEMINICÍDIOS
2015	113	26
2016	97	24
2017	78	25
2018	84	34
2019	73	36
2020	94	35
2021	83	32
2022	86	26
2023	75	34

Fonte: SESDS/NACE (2023)

Segundo a coordenação do Núcleo de Análise Criminal e Estatísticas (NACE), conforme a apresentação dos dados no quadro 1, houve uma redução no número de CVLIs femininos tomando como base os dados da de 2011, que passaram do valor máximo de 146 casos em 2011 para o mínimo de 73 em 2019. No ano de 2023 obteve-se o segundo menor total anual da série histórica, com 75 vítimas, que representa uma queda acumulada de 49% desde 2011.

O feminicídio se configura como crime hediondo tendo em vista sua intencionalidade e sua vinculação com uma construção sócio-histórica que legitima a subordinação das mulheres. É o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. O termo explicita que os crimes contra as mulheres não são aleatórios, pelo contrário, são engendrados no contexto de profundas relações de poder. Merece destacar que as desigualdades de gênero entrelaçadas e imbricadas com outros



marcadores sociais de classe, raça, regionalidade potencializam a configuração da violência.

Historicamente, a violência contra mulheres foi considerada como modalidade de crime considerada de “foro interpessoal”, “intersubjetivo”, estanque do espaço político. O movimento feminista configurou-se como protagonista na publicização da violência no Brasil na década de 1970, subvertendo a dicotomia público-privado, pautando a violência contra as mulheres como um problema político, de saúde pública, e consequentemente, reivindicando a implantação de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outro fator que nos impulsiona no trabalho de fortalecimento dos OPMs são as desigualdades no acesso a emprego e renda, visto que as mulheres ainda enfrentam maiores taxas de desemprego que os homens, enquanto para eles o desemprego era de 4,7% em 2011, para elas era de 7,5% (IBGE, 2011). O Brasil está na posição 124, entre 142 países, no ranking de igualdade de salários por gênero, porém esta realidade tende a melhorar, haja vista que no dia 03 de julho deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.611/2023 que trata da Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre mulheres e homens, reafirmando que é um governo comprometido com a vida das mulheres.

Contudo, mesmo considerando os avanços, ainda é preciso enfrentar o machismo e o patriarcado para inserir as mulheres no mundo trabalho promovendo sua autonomia financeira e econômica, para tanto se faz necessário políticas públicas específicas dentro do governo federal, estadual e municipal, políticas estabelecidas que reforcem a importância de se desenvolver ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, levando em consideração a gestão de tempo e as especificidades femininas, especialmente em profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos, promovendo a autonomia de fato.

Diante do exposto, consideramos que trabalhar o tema: Enfrentamento à Misoginia para as mais de 100 gestoras de políticas para as mulheres, na Paraíba, suscitará ações estratégicas por meio do acesso e disseminação da informação especializada, objetivando a mudança de padrões culturais patriarcais e machistas, no



intuito de alavancar ações que possam contribuir com a equidade de gênero e empoderar mulheres e meninas.

Quanto à nossa capacidade técnica operacional a SEMDH conta com 4 (quatro) Gerências Executivas: Equidade de Gênero, Direitos Humanos, Equidade Racial, Direitos Sexuais e LGBTQIAP+ e suas respectivas gerências operacionais e serviços especializados. Entretanto, trabalharemos as ações neste projeto, sobremaneira com a Gerência Executiva de Equidade de Gênero e as gerências operacionais de Enfrentamento a Pobreza, Emprego e Geração de Renda, Gerência Operacional de Políticas Intersectoriais e Gerência Operacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher (Programa Integrado Patrulha Maria da Penha, Casa de Acolhimento Provisório Irene de Sousa Rolim, Casa Abrigo Aryane Thaís, Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, Centro de Referência Intermunicipal de Atendimento às Mulheres do Cariri - Maria Eliane Pereira dos Anjos.

3 OBJETO

Este convênio será destinado para aquisição de equipamentos de informática e material gráfico.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Fortalecer a atuação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana por meio do acesso a bens e custeio para o enfrentamento à misoginia e violência contra as mulheres junto aos OPMs municipais na Paraíba.

4.2 Objetivos específicos

- Equipar a SEMDH com equipamentos eletrônicos como notebooks, data-shows e impressoras;
- Adquirir material informativo analógico e digital que trate do enfrentamento à misoginia e à violência contra as mulheres, além da rede



de serviços;

- Reunir as gestoras para apresentar nosso plano de trabalho e definir datas e locais para as formações;
- Executar ações de formação e prevenção para as gestoras de OPMs - Ministras palestras, seminários e rodas de conversas;
- Incentivar a implantação de Centros de Referência da Mulher nos municípios paraibanos, junto às prefeituras, por meio das gestoras de OPMs e com apoio da Federação das Associações de municípios da Paraíba (FAMUP);
- Estimular a organização e institucionalização de redes locais de enfrentamento e atendimento à violência doméstica, familiar e sexual contra mulheres e
- Monitorar junto ao Fórum Estadual de Gestoras, a replicação de campanhas de enfrentamento à misoginia nos municípios.

5 PÚBLICO-ALVO

Nosso público direto será o Fórum de Gestoras de Políticas Públicas para as Mulheres na Paraíba.

5.1 Beneficiárias

As beneficiárias serão 101 Gestoras de Políticas Públicas para as Mulheres, suas equipes e as munições beneficiárias dos OPMs.

6 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O projeto possibilitará a SEMDH realizar formações e campanhas com e para 101 organismos de políticas para as mulheres municipais por meio do Fórum Estadual de OPMs, nos municípios a seguir:

Alhandra, Alagoinha, Aguiar, Araçagi, Algodão de Jandaira, Araruna, Aroeira, Bananeiras, Baraúna, Barra de São Miguel, Baia da Traição, Bayeux, Belém, Bernadino Batista, Borborema, Boa Vista, Boqueirão, Bom Jesus, Brejo dos Santos, Cabaceiras, Cabedelo, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Areia, Cajazeiras, Campina Grande, Caiçara, Capim,



Catolé do Rocha, Catingueira, Conde, Conceição, Condado, Cubati, Cuité, Cuitegi, Curral Velho, Cruz do Espírito Santo, Desterro, Dona Inês, Duas Estradas, Frei Martinho, Guarabira, Igaracy, Itaporanga, Itapoporoca, Jericó, Joca Claudinio, João Pessoa, Junco do Seridó, Juru, Lucena, Mamanguape, Marizópolis, Malta, Mataraca, Mato Grosso, Matinhas, Nova Floresta, Patos, Passagem, Pedra Lavrada, Pedras de Fogo, Pitimbú, Picuí, Princesa Isabel, Poço de José de Moura, Poço Dantas, Pombal, Pocinhos, Queimadas, Remígio, Riacho dos Cavalos, Rio Tinto, Santa Inês, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Rita, Santo André, São Bento, São Domingos, São Francisco, Santana de Mangueira, São José de Piranhas, São José de Caiana, São José de Sabugi, São João do Tigre, São José do Bonfim, São Mamede, São Vicente do Seridó, Serra Grande, Serraria, Sertãozinho, Serra da Raiz, Sumé, Soledade, Sossego, Triunfo, Umbuzeiro, Uiraúna, Taperoá e Vista Serrana.

O itinerário das formações, oficinas, seminários e/ou rodas de conversa serão definidas coletivamente entre as equipes da SEMDH e o Fórum Estadual de Políticas para as Mulheres. Mas temos a proposta de atuar por mesorregiões as quais o estado da Paraíba é dividido, segundo IBGE, para facilitar nossa atuação, haja vista que temos OPMS do Litoral ao Sertão.

7 PERÍODO DE EXECUÇÃO

O projeto terá duração de 11 meses. Com início em outubro de 2025.

8 METAS E ETAPAS

8.1 Metas

É de fundamental importância perceber que as desigualdades de gênero dizem respeito às relações de poder entre homens e mulheres na sociedade e estão profundamente institucionalizadas. A naturalização das desigualdades costuma ser o instrumento principal para a sua incorporação em políticas, práticas e comportamentos, conforme a discussão sobre a categoria de gênero. Isso evidencia



como as desigualdades são reproduzidas na distribuição de recursos, responsabilidades e poder nas instituições que governam a vida social.

As capacitações e campanhas devem sugerir aos OPMs, políticas públicas que precisam incorporar a perspectiva de gênero na sua formulação conceitual, e que, a partir dessa incorporação, possam assegurar sua transversalidade no conjunto de todas as instâncias e competências institucionais, garantindo assim que a igualdade de gênero seja incorporada na governabilidade democrática dos municípios.

A intersectorialidade é algo indispensável dentro de uma gestão que tem o compromisso de garantir a equidade de gênero. Para isso as OPMs precisam entender a sua função de articuladora junto às outras secretarias dentro da gestão.

Portanto, a meta deste projeto é garantir que as gestoras de OPMs compreendam seu papel no sentido de pensar e executar, juntamente com toda a gestão do seu município políticas públicas que visem garantir o fim da desigualdade de gênero em seus municípios, além de trazer uma nova perspectiva para as questões de gênero a partir do combate à misoginia.

As Capacitações serão realizadas por meio de seminários regionais envolvendo as 101 OPMs existentes no Estado, assim como a confecção de material gráfico didático.

★ **Meta 1**

Aquisição de equipamentos de informática – notebooks (17 unid), data-shows (03 unid) e impressoras (04 unid), com valor total de R\$ 174.025,61 (Cento e setenta e quatro mil, vinte e cinco reais e sessenta centavos).

★ **Meta 2**

Aquisição de material gráfico (Cartilhas, guias, folders, banners e cartazes). Valor total: R\$ 74.953,36



8.2 Etapas

Para a execução total do projeto teremos algumas etapas a serem realizadas, quais sejam:

1. Aquisição de equipamentos de informática por meio de licitação;
2. Aquisição de material gráfico para ser utilizado nas campanhas e formações – sobre enfrentamento à misoginia e apresentação e divulgação das políticas públicas para mulheres da SEMDH;
3. Reunião de planejamento dos Seminários Regionais com as equipes da SEMDH;
4. Apresentação do projeto dos seminários e campanhas ao Fórum de Gestoras de OPMs;
5. Realização dos Seminários Regionais no prazo de um ano;
6. Realização de campanhas e palestras – sobre enfrentamento à misoginia e apresentação e divulgação das políticas públicas para mulheres da SEMDH;
7. Monitoramento e Avaliação dos resultados do projeto.

8.3 Relação de metas, etapas e cronograma de execução

Meta	Etapa	Especificação	Indicador físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Fim
1	1	Comprar notebooks, data-shows e impressoras	und	17 notebooks, 04 impressoras e 03 datashows	Outubro/2025	Setembro/2026
	1.1	Compra dos materiais de informática por meio de licitação;	und		Outubro/2025	Setembro/2026
2	2	Adquirir material gráfico sobre enfrentamento à misoginia, apresentação e divulgação das políticas públicas para mulheres da SEMDH	unid		Outubro/2025	Março/2026
	2.1	Aquisição de material gráfico para ser utilizado nas campanhas e formações – sobre enfrentamento à misoginia e políticas públicas para mulheres da SEMDH	und		Outubro/2025	Março/2026
3	3	Realizar de 4 (quatro) seminários sobre enfrentamento à misoginia.	-	-	Nov 2025	Jul 2026
	3.1	Reunião de planejamento dos Seminários Regionais com as equipes da SEMDH;	-	-	Outubro/2025	Setembro/2026
	3.2	Apresentação do projeto dos seminários e campanhas ao Fórum de Gestoras de OPMs;	-	-	Outubro/2025	Setembro/2026
	3.1	Realização de 4 (quatro) seminários sobre enfrentamento à misoginia.	-	-	Nov. 2025	Jul. 2026

4	4	Promover de campanhas de enfrentamento à misoginia e enfrentamento à violência contra as mulheres.			Nov. 2025	Nov. 2025
	4.1	Aquisição de material gráfico para ser utilizado nas campanhas e formações – sobre enfrentamento à misoginia e políticas públicas para mulheres da SEMDH.	und		Outubro/ 2025	Março/ 2026
	4.2	Realização de campanhas de enfrentamento à misoginia e enfrentamento à violência contra as mulheres.			Nov. 2025	Mar. 2025



9 RESULTADOS ESPERADOS

A execução deste projeto deve resultar na disseminação de uma nova institucionalização, que consiste em adotar o princípio da eliminação das desigualdades, através das mudanças na cultura dos gestores e produzir condições para sensibilizar os agentes institucionais a incorporar a perspectiva de gênero, que deve se constituir nos fundamentos do plano do governo e não só do OPM, que tem por função primordial fazer as mediações, as negociações e as articulações.

A partir da criação de políticas públicas com a perspectiva de gênero nos municípios, garantir a melhorias no índice de Desenvolvimento Humano de modo a reduzir a violência contra as mulheres, as desigualdades econômicas e sociais.

A efetivação da Lei Maria da Penha, na execução das obrigações pelo poder executivo, a partir da criação de equipamentos como Centros de Referências da Mulher, Casa de Abrigo e de Acolhimento Provisório, entre outros serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar será o fomento principal no que diz respeito à garantia da vida digna das mulheres.

Meta	Especificação	Indicador	Resultados Esperados
1	Aquisição de notebooks, data-shows e impressoras.	Equipamentos adquiridos	Estruturação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana para realização de capacitação junto às 101 OPMs.
2	Aquisição de Material Informativo	Material informativo adquiridos	Utilizar material didático para as capacitações
3	Campanha de enfrentamento à Misoginia.	100% das OPM existentes no Estado.	Enfrentar a misoginia com vistas a redução dos números de violência de gênero
4	Realização de Capacitação para OPMs.	100% das OPM existentes no Estado.	101 OPMs

10 METODOLOGIA

No tocante aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em 4 mesorregiões, assim denominadas, de acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. Portanto a metodologia que será usada para a realização das capacitações será por meio de 4 Seminários Regionais, a partir desta divisão geográfica, com toda articulação feita por meio do nosso Fórum de Gestoras de OPMs.

Os quatro seminários serão executados em cidades pólos dessas regiões, tendo como cidade pólo da região Mata Paraibana a capital do estado, João Pessoa; o Agreste Paraibano tendo como cidade pólo o município de Campina Grande; A Borborema tendo como cidade pólo o município de Sumé e o Sertão Paraibano tendo como cidade pólo o município de Patos.

As temáticas abordadas nos seminários serão: Enfrentamento a misoginia, Objetivos e atribuições de um OPM; Direitos das Mulheres; Violências de Gênero, Serviços Especializados no atendimento às mulheres e Rede de Atenção e Empoderamento Feminino por meio da Autonomia Financeira. Essas temáticas serão abordadas pela equipe técnicas da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana que compõem a Gerência Executiva de Equidade de Gênero.

11 RECURSOS DO PROJETO

- Valor global 248.978,97, repasse 224.081,07 e contrapartida 24.897,90.



12 DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Plano de aplicação detalhado							
Etapas	Tipo de despesa	Descrição	Natureza da aquisição	Und	Qtd	Valor unitário	Valor total
1.1	Bem	NOTEBOOK Avançado com as seguintes características: Sistema Operacional Windows® 10 profissional 64, bits em português ou superior — Pacotes obrigatórios inclusos: Microsoft Office profissional 2019 ou superior — Processador a partir da 10ª Geração Intel família i7 ou ADM equivalente contendo, no mínimo, 8 núcleos, Frequência Mínima 2,70 GHz e cache de 16 MB — Placa de vídeo dedicada com no mínimo 4 GB de memória GDDR5 — Memória RAM 16 GB, Dual Chanel DDR4 ou superior — Tipo de Tela: LED Full HD Antirreflexo / Tamanho da Tela: Mínimo 15" / WEBCAM integrada com microfone — SSD 512 GB SSD M.2 PCI e NVMe — Mouse incorporado Tipo Touchpad — Áudio: Dois altifalantes incorporados — Teclado Numérico Retro iluminado português - 2 - Adaptador AC: Fonte estabilizada, padrão de fábrica do notebook, com adaptador de corrente alternada de 3 pinos — Conexões: 01 Entrada USB 3.1 — 01 Entradas USB 2.0 — 01 Entrada USB tipo C — 01 Saída HDMI — 01 Entrada para fone de ouvido e 01 entrada para microfone — Conectividade: Wi-Fi — Bluetooth 5.0 — Bateria padrão do notebook com no mínimo de 03 células — Acessórios: Maleta ou similar para transporte de notebook em material impermeável na cor preta, cinza ou azul-escuro. Todas as mochilas devem ter o mesmo padrão e cor — Mouse wireless Formato ergonômico e contornos, óptico sem fio, tecnologia de conexão wireless, com no mínimo 10.000 DPI, mínimos 05 botões + rolagem Scroll, na cor padrão predominante do notebook ou preto — Adaptador HDMI para VGA — Cabo de segurança em cabo de aço, revestido em und 30 borracha, com cadeado e chave, com no mínimo, 1,2 metros — Garantia: Mínima de 01 ano de garantia oficial de fábrica — Prazo de entrega: 30 dias.	Repasse	Unid	17	R\$ 8.407,33	R\$ 142.924,61
1.1	Bem	IMPRESSORA a jato de tinta com bulk INK, Impressora Jato de tinta com Bulk ink completo com as seguintes especificações: 1. Impressora com bandeja que suporte papel A3 e A4; 2. Que produza material gráfico de 3x5 a 13x19 polegadas; 3. Conexão Wi-Fi, 4. Conectividade padrão USB, Ethernet, 1 sem fio 802.11b/g/n; 5. Capacidade de saída de até 75 folhas; 6. Ciclo de trabalho mensal até 12.000 páginas 7. Memória, Máxima 16 MB (ROM); 128MB (RAM DDR); Bulk Ink completo com cartuchos e chips já montados.	Repasse	Unid	4	R\$ 4.443	R\$ 17.772.00
1.1	Bem	DATA show com 3000 ansi lumens, resolução mínima (1024 x 768), lâmpada 200w uhe, vida útil 4000 (alta	Repasse e	Unid	3	R\$ 4.443,00	R\$ 13.329,00



		luminosidade)e 5000(baixa luminosidade), lente f:1.6-1.7/f: 17 – 20 mm, distância máxima de projeção (m), abre 30 a 300 polegada.	contrapartida				
2.1	Serviço	Aquisição de Material gráfico	Repasse e contrapartida	Unid	1	R\$74.953,36	R\$74.953,36
		Total	-	-	-	-	R\$ 248.978,97

Plano de aplicação consolidado			
Classificação da despesa (Código da Natureza)	Repasse	Contrapartida	Total
449052	R\$ 224.081,07	-	R\$ 224.081,07
449052	-	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
339139	-	R\$ 14.897,90	R\$ 14.897,90

13 PRECIFICAÇÃO DO PROJETO

Item	Descrição	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média
1	NOTEBOOK Avançado com as seguintes características: Sistema Operacional Windows® 10 profissional 64, bits em português ou superior — Pacotes obrigatórios inclusos: Microsoft Office profissional 2019 ou superior — Processador a partir da 10ª Geração Intel família i7 ou ADM equivalente contendo, no mínimo, 8 núcleos, Frequência Mínima 2,70	R\$ 10.899,00	R\$ 9.380,00	RS 4.943,00	RS 8.407,33



<p>GHz e cache de 16 MB — Placa de vídeo dedicada com no mínimo 4 GB de memória GDDR5 — Memória RAM 16 GB, Dual Chanel DDR4 ou superior — Tipo de Tela: LED Full HD Antirreflexo / Tamanho da Tela: Mínimo 15” / WEBCAM integrada com microfone — SSD 512 GB SSD M.2 PCI e NVMe — Mouse incorporado Tipo Touchpad — Áudio: Dois altifalantes incorporados — Teclado Numérico Retro iluminado português - 2 - Adaptador AC: Fonte estabilizado, padrão de fábrica do notebook, com adaptador de corrente alternada de 3 pinos — Conexões: 01 Entrada USB 3.1 — 01 Entradas USB 2.0 — 01 Entrada USB tipo C — 01 Saída HDMI — 01 Entrada para fone de ouvido e 01 entrada para microfone —</p> <p>Conectividade: Wi-Fi — Bluetooth 5.0 — Bateria padrão do notebook com no mínimo de 03 células — Acessórios: Maleta ou similar para transporte de notebook em material impermeável na cor preta, cinza ou azul-escuro. Todas as mochilas devem ter o mesmo padrão e cor — Mouse wireless Formato</p>				
---	--	--	--	--



	ergonômico e contornos, óptico sem fio, tecnologia de conexão wireless, com no mínimo 10.000 DPI, mínimos 05 botões + rolagem Scroll, na cor padrão predominante do notebook ou preto — Adaptador HDMI para VGA — Cabo de segurança em cabo de aço, revestido em und 30 borracha, com cadeado e chave, com no mínimo, 1,2 metros — Garantia: Mínima de 01 ano de garantia oficial de fábrica — Prazo de entrega: 30 dias.				
2	IMPRESSORA a jato de tinta com bulk INK, Impressora Jato de tinta com Bulk ink completo com as seguintes especificações: 1. Impressora com bandeja que suporte papel A3 e A4;2. Que produza material gráfico de 3x5 a 13X19 polegadas; 3. Conexão Wi-Fi, 4. Conectividade padrão USB, Ethernet, 1 sem fio 802.11b/g/n; 5. Capacidade de saída de até 75 folhas; 6. Ciclo de trabalho mensal até 12.000 paginas 7. Memória, Máxima 16 MB(ROM); 128MB(RAM DDR); Bulk Ink completo com cartuchos e chips já montados.	R\$ 6.980,00	R\$ 5.250, 00	R\$ 1.099,00	R\$ 4.443
3	DATA show com 3000 ansi lumens, resolução	R\$ 7.499,36	R\$ 4.580, 00	R\$ 3.150	R\$ 5.076,45



	mínima (1024 × 768), lâmpada 200w uhe, vida útil 4000(alta luminosidade)e 5000(baixa luminosidade), lente f:1.6-1.7/f: 17 – 20 mm, distância máxima de projeção (m), abre 30 a 300 polegada.				
4	Aquisição de Material gráfico	R\$ 74.350,00	R\$75.651,80	R\$74.859,00	R\$74.953,36
	TOTAL	-	-	-	R\$74.953,36

14 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de desembolso			
Recursos de Repasse			
Meta Nº	Etapas Nº	Mês	Valor
Meta 1	Etapas 1	1º	R\$224.081,07
Recursos de Contrapartida			
Meta Nº	Etapas Nº	Mês	Valor
Meta 2	Etapas 2	2º	R\$24.897,90

15 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do projeto é um processo que poderá nos ajudar a melhorar a eficiência geral do projeto e mantê-lo controlado. Permitirá que possamos identificar e reduzir os problemas que podem afetar o cronograma ou orçamento estabelecidos.



O monitoramento do projeto será feito por meio de comparação entre o desempenho real e as metas definidas. Ou seja, medindo os detalhes relacionados ao projeto (orçamentos, cronogramas, escopo etc.) em relação às suas metas. Já a avaliação do projeto é a parte de controle da fase de monitoramento e controle do projeto, é o ato de analisar as informações coletadas a partir do monitoramento. O processo de avaliação do projeto acontecerá durante todo o ciclo de vida do projeto.

A Gerência Executiva de Equidade de Gênero – GEEG, será responsável por monitorar cada fase do projeto e conduzir as avaliações. Será feito por meio de relatórios do projeto em andamento, ao final de cada seminário regional, assim como ao final do projeto concluído. Os relatórios serão produzidos a partir de informações de listas de presença, registros fotográficos e relatorias que serão realizadas em todas as etapas de execução do projeto.

Lídia de Moura Silva Barbosa
Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
CPF: 358.428.901-78





ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES E DA DIVERSIDADE HUMANA - SEMDH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.000.000007.2025

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES E DA
DIVERSIDADE HUMANA - SEMDH E A EMPRESA
<NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES E DA DIVERSIDADE HUMANA - SEMDH, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 10.000.000007.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 069/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO (BANNER EM LONA, FOLDER VOLANTE, CARTAZ E CARTILHA), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;



1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é 60 (sessenta dias) contados da data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMíniima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Maxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<Multa MaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)



- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade: 100001
- II) Fonte de Recursos: 700
- III) Programa de Trabalho: 5046
- IV) Elemento de Despesa: 339039
- V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n.º _____, sediada no seguinte endereço: _____, n.º e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO IV - Modelo de declaração de enquadramento como ME-EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V**Planilha de Custos e Formação de Preço**

	Descrição	Percentual sobre o valor da proposta	Valor R\$
I	Mão-de-obra especializada [especificar a(s) categoria(s) profissional(is)]		
II	Produtos e outros materiais necessários (listar os produtos/materiais utilizados)		
III	Ferramentas e equipamentos (listar de forma sintética)		
IV	Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc)		
V	Despesas Administrativa-operacionais (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep. jurídico, etc.)		
VI	Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, (especificar o percentual para cada imposto, separadamente)		
VII	Lucro		
TOTAL DO CONTRATO		100 %	

Orientações para o preenchimento da planilha:

- a) A tabela acima deve ser utilizada como orientação, **podendo haver acréscimos de linhas e/ou colunas**, conforme a necessidade para melhor esclarecimento dos valores propostos.
- b) As descrições acima são meras contas sintéticas, devendo ser lançadas as contas analíticas para análise quanto aos **cumprimentos legais vigentes**.

Ex: **Mão de Obra especializada:** relacionar todas as categorias profissionais que serão utilizadas na execução do objeto com o respectivo piso salarial; **Outros insumos:** relacionar o que compõe a conta.

Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional

Simples Nacional: indicar que é beneficiário e o seu respectivo percentual.

Local, dia, mês e ano.
assinatura

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Nº. DO PROCESSO: SMH-PRC-2025/00007

SERVIÇO MATERIAL GRÁFICO

ELEMENTO DE DESPESA: 339039

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de material gráfico (cartilhas, folders, banners, painéis) destinado à execução das ações previstas no Plano de Trabalho do Convênio nº 968128/2024, firmado entre o Ministério das Mulheres e a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba.

2.1. Motivação /Justificativa

A contratação visa atender às necessidades de comunicação, mobilização e orientação das ações voltadas ao enfrentamento da misoginia e da violência contra as mulheres, conforme previsto no objeto do Convênio. Os materiais gráficos são essenciais para a disseminação de informações, fortalecimento institucional dos OPMs municipais e engajamento da sociedade civil.

A contratação será realizada com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), observando-se as diretrizes do Convênio e os normativos aplicáveis, especialmente a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC202500007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



3. ÁREA REQUISITANTE

Identificação da Área Requisitante	Nome do Responsável
CONVENIO	FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA
ADMINISTRATIVO	CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO

A empresa vencedora do certame deverá apresentar toda documentação de habilitação e deverá garantir que elas estejam válidas durante todo o período de vigência do contrato. A empresa deverá garantir que os bens sejam entregues no período de até 30 dias corridos a contar da data de recebimento do empenho. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Trata-se de um serviço com ampla oferta por fornecedores locais e nacionais, cujos preços e condições de fornecimento já são bem conhecidos pela Administração a partir de contratações anteriores, tabelas de preços públicos e consultas informais. Assim, entende-se que o levantamento de mercado não traria informações adicionais relevantes que impactassem significativamente na definição do objeto, critérios de escolha ou estimativa de preços.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC20250007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



Outrossim, o material impresso continua sendo uma ferramenta relevante e eficaz para ações de divulgação institucional, promocional e informativa. Cartazes, folders, panfletos, banners, revistas e demais peças gráficas possuem grande impacto visual, facilitam a distribuição física em locais estratégicos (eventos, repartições públicas, estabelecimentos comerciais, comunidades) e não dependem de acesso à internet ou equipamentos eletrônicos, o que garante maior alcance em públicos com menor acesso digital.

Além disso, o impresso transmite credibilidade, presença física e institucionalidade, sendo especialmente útil em contextos formais, como campanhas públicas, ações de conscientização, eventos institucionais e distribuição em áreas de difícil conectividade.

Com o avanço da tecnologia e o crescimento do acesso à internet, surgiram diversas alternativas para divulgação por meios digitais, tais como:

- Redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter/X, etc.)
- Sites institucionais e blogs
- E-mails marketing e newsletters
- WhatsApp e outros aplicativos de mensagens
- Publicações em plataformas de vídeo (YouTube, TikTok)
- Anúncios digitais patrocinados (Google Ads, Meta Ads)

Essas alternativas permitem divulgação em tempo real, segmentação de público, mensuração precisa de resultados (alcance, cliques, conversões) e redução de custos com impressão e logística.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC202500007V01

Comparativo: Material Impresso x Divulgação Digital

Critério	Material Impresso	Divulgação Digital
Acesso	Independente de internet ou Equipamentos	Depende de conectividade e dispositivos
Alcance	Limitado fisicamente; ideal para públicos locais	Amplo, segmentado e escalável
Custo	Envolve impressão e Logística	Pode ser mais barato, mas exige gestão contínua
Interatividade	Limitada	Alta (cliques, vídeos, links, etc.)
Mensuração de resultados	Difícil de medir	Facilmente mensurável com ferramentas digitais
Permanência	Maior durabilidade física	Depende do algoritmo ou tempo de exibição
Imagem institucional	Confere formalidade e presença física	Moderno, mas pode parecer impessoal
Sustentabilidade	Consome papel e insumos	Reduz uso de recursos físicos, mas consome energia

A escolha entre material impresso e divulgação digital deve considerar o público- alvo, os objetivos da comunicação, os recursos disponíveis e o contexto da ação. Em muitos casos, a estratégia ideal é a combinação dos dois formatos, utilizando o impresso para presença física e reforço institucional, e o digital para ampliar o alcance e promover engajamento em tempo real.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, devidamente capacitada para realizar a impressão, acabamento e fornecimento de



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC202500007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

materiais gráficos personalizados, conforme especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade previamente definidos pela Administração.

A contratação abrangerá a produção de diversos materiais gráficos institucionais, tais como banners, folders, cartazes e cartilhas, com diagramação fornecida ou validada pela Administração, garantindo padronização visual, clareza das informações e adequada comunicação com o público-alvo. Os serviços deverão contemplar o uso de materiais compatíveis com as especificações técnicas, impressão em policromia, acabamentos adequados e entrega dos produtos em perfeitas condições de uso.

Opta-se pela contratação externa em razão da inexistência de estrutura própria suficiente para execução integral dos serviços gráficos demandados, bem como da necessidade de atender aos prazos, volumes e padrões técnicos requeridos. A solução permite economicidade, eficiência e agilidade, uma vez que a execução por empresa especializada assegura maior qualidade final, cumprimento de prazos e redução de riscos operacionais.

Dessa forma, a solução atende ao interesse público ao viabilizar a produção de materiais gráficos essenciais às ações institucionais, de comunicação, orientação e divulgação de informações de interesse coletivo, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e padronização, conforme a legislação vigente aplicável às contratações públicas.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

A definição dos quantitativos dos materiais gráficos foi realizada com base nas metas, metodologia e público-alvo previstos no Plano de Trabalho do Convênio, considerando a abrangência estadual, o período de execução de 23 (vinte e três) meses, o número de Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) atendidos e a estratégia metodológica de realização de seminários regionais.

Conforme o Plano de Trabalho, as ações serão executadas junto a 101 Organismos de Políticas para as Mulheres municipais, por meio do Fórum Estadual de Gestoras, contemplando as quatro mesorregiões da Paraíba (Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão), com a realização de 04 (quatro) Seminários Regionais, além de ações continuadas de formação, mobilização e replicação de campanhas nos municípios.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC20250007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



A metodologia adotada para o dimensionamento e o cálculo dos quantitativos considerou os seguintes critérios objetivos:

- Número de seminários regionais previstos (04);
- Público direto estimado: 101 gestoras de OPMs, suas equipes técnicas e público multiplicador nos municípios;
- Necessidade de material educativo individual para participantes das formações;
- Necessidade de material de divulgação e ambientação institucional para os seminários, eventos e equipamentos públicos;
- Replicação das campanhas nos municípios ao longo do período de execução do convênio.

Já o memorial de Cálculo por Tipo de Material segue as seguintes justificativas:

a) Banners – 20 unidades - Os banners serão utilizados para identificação visual, ambientação e divulgação institucional durante os seminários regionais, eventos e ações realizadas pela SEMDH.

- Realização de 04 Seminários Regionais, com utilização média de 5 banners por evento (entrada, auditório, palco e áreas de circulação);

Cálculo: 4 seminários \times 5 banners = 20 banners

b) Folders – 50.000 unidades - Os folders destinam-se à disseminação de informações educativas sobre enfrentamento à misoginia, violência contra as mulheres e divulgação da rede de serviços, sendo distribuídos durante os seminários, ações municipais e campanhas replicadas pelas gestoras de OPMs.

- Estimativa de 101 municípios atendidos;
- Distribuição média de aproximadamente 500 folders por município, considerando ações locais, eventos e atendimento ao público ao longo do período do convênio;

Cálculo: 101 municípios \times 500 folders \approx 50.000 folders

c) Cartazes – 10.000 unidades

Os cartazes serão utilizados para divulgação permanente das campanhas nos equipamentos públicos, sedes dos OPMs, serviços da rede de atendimento e espaços de grande circulação.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC20250007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- Estimativa de 101 municípios, com distribuição média de aproximadamente 100 cartazes por município, para afixação em diferentes pontos e reposição ao longo do período do projeto;

Cálculo: $101 \text{ municípios} \times 100 \text{ cartazes} \approx 10.000 \text{ cartazes}$

d) Cartilhas – 10.000 unidades - As cartilhas possuem caráter formativo e educativo, sendo destinadas às gestoras de OPMs, equipes técnicas, profissionais da rede e participantes estratégicos das formações.

- Estimativa de 04 Seminários Regionais, com público médio ampliado;
- Distribuição complementar para ações formativas, reuniões do Fórum Estadual e replicação nos municípios;
- Distribuição média estimada de aproximadamente 100 cartilhas por município ao longo da execução do projeto;

Cálculo: $101 \text{ municípios} \times 100 \text{ cartilhas} \approx 10.000 \text{ cartilhas}$

Ressalta-se que os materiais gráficos existentes não atendem às diretrizes técnicas, metodológicas e comunicacionais do Convênio, seja por desatualização de conteúdo, seja por incompatibilidade com os objetivos de enfrentamento à misoginia e à violência contra as mulheres, inviabilizando sua reutilização.

Os quantitativos definidos mostram-se compatíveis com o escopo do Plano de Trabalho, com o público-alvo estimado, a abrangência territorial estadual e a metodologia de atuação por mesorregiões, assegurando a padronização visual, a efetividade da comunicação institucional e a ampla disseminação das informações, em observância aos princípios do planejamento, economicidade, eficiência e interesse público.



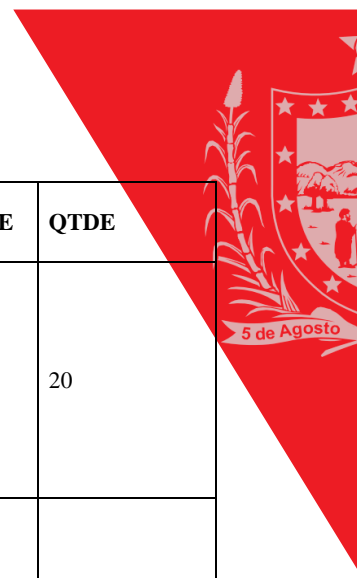
Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC202500007V01



GOVERNO
DA PARAÍBA



ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	39848	BANNER em lona, com impressão em policromia, no formato (0,80 x 1,200) m com diagramação, acabamento com duas hastes de estrutura metálica, uma em cada extremidade, sendo com corda de sustentação para suporte desmontável	un	20
2	92145	FOLDER VOLANTE com 1 DOBRA formato aberto 300 x 210 mm, formato fechado 150 x 210 mm, 1 lâmina em couche fosco 150 g/m2, 4 x 4 cores, laminação fosca total frente e verso. Conforme diagramação.	un	50.000
3	130816	CARTAZ - formato 310 x 440 mm, 4/0 cores em CTP, em couche brilho 115g, embalagem, fechamento arquivo CTP.	un	10.000
4	136891	CARTILHA formato 15 cm de largura e 20 cm de altura, com impressão colorida frente e verso em papel couche.	un	10.000

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores especializados em serviços gráficos, considerando valores praticados no mercado para objetos com especificações técnicas equivalentes às demandadas neste Estudo Técnico Preliminar.

Foram consultadas três empresas do ramo gráfico, devidamente identificadas por seus respectivos CNPJs, cujos valores unitários obtidos serviram de base para o cálculo do valor médio estimado, em conformidade com os princípios da economicidade, razoabilidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC202500007V01



GOVERNO
DA PARAÍBA



ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA/ CNPJ
1	BANNER em lona, com impressão em policromia, no formato (0,80 x 1,200) m com diagramação, acabamento com duas hastes de estrutura metálica, uma em cada extremidade, sendo com corda de sustentação para suporte desmontável	R\$ 95,00	41.570.283/0001-94
		R\$ 49,00	26.216.115/0001-01
		R\$ 61,99	26.758.661/0001-74
2	FOLDER VOLANTE com 1 DOBRA formato aberto 300 x 210 mm, formato fechado 150 x 210 mm, 1 lâmina em couche fosco 150 g/m2, 4 x 4 cores, laminação fosca total frente e verso. Conforme diagramação.	R\$ 0,48	EPC
		R\$ 0,396	26.216.115/0001-01
		R\$ 0,55	26.758.661/0001-74
3	CARTAZ - formato 310 x 440 mm, 4/0 cores em CTP, em couche brilho 115g, embalagem, fechamento arquivo CTP.	R\$ 0,75	EPC
		R\$ 0,66	26.216.115/0001-01
		R\$ 0,44	26.758.661/0001-74
4	CARTILHA formato 15 cm de largura e 20 cm de altura, com impressão colorida frente e verso em papel couche.	R\$ 3,70	EPC
		R\$ 3,22	26.216.115/0001-01
		R\$ 8,43	26.758.661/0001-74



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC202500007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

A metodologia adotada para estimativa de preços foi a realização de pesquisa direta com fornecedores especializados, coleta de no mínimo três cotações por item, cálculo do valor médio aritmético dos preços válidos obtidos e aplicação do valor médio ao quantitativo estimado de cada item.

Os valores apurados refletem preços compatíveis com os praticados no mercado e encontram-se dentro dos limites orçamentários previstos no Convênio, não representando obrigação de contratação por tais valores, mas apenas referência para fins de planejamento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	BANNER em lona, com impressão em policromia, no formato (0,80 x 1,200) m com diagramação, acabamento com duas hastes de estrutura metálica, uma em cada extremidade, sendo com corda de sustentação para suporte desmontável.	20	R\$ 68,66	R\$ 1.373,26
2	FOLDER VOLANTE com 1 DOBRA formato aberto 300 x 210 mm, formato fechado 150 x 210 mm, 1 lâmina em couche fosco 150 g/m2, 4 x 4 cores, laminação fosca total frente e verso. Conforme diagramação.	50.000	R\$ 0,475	R\$ 23.766,66
3	CARTAZ - formato 310 x 440 mm, 4/0 cores em CTP, em couche brilho 115g, embalagem, fechamento arquivo CTP.	10.000	R\$ 0,616	R\$ 6.166,66
4	CARTILHA formato 15 cm de largura e 20 cm de altura, com impressão colorida frente e verso em papel couche.	10.000	R\$ 5,116	R\$ 51.166,66



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC202500007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

O Plano de Trabalho do Convênio prevê o valor de R\$ 74.953,36 (setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos) para a Meta 2 – Aquisição de material gráfico, constituindo o limite orçamentário máximo disponível para esta finalidade.

A estimativa de preços apresentada neste Estudo Técnico Preliminar foi elaborada com base em pesquisa de mercado e tem caráter meramente referencial, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação e à definição do procedimento licitatório, devendo o valor final da contratação observar, obrigatoriamente, o limite financeiro estabelecido no Convênio, bem como as condições efetivamente ofertadas no certame.

Dessa forma, a contratação será conduzida de modo a assegurar a compatibilidade entre o valor contratado e o montante aprovado no Convênio, em observância aos princípios do planejamento, economicidade, eficiência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Considerando a necessidade de padronização dos materiais gráficos para garantir unidade visual e coerência na comunicação institucional. Considerando a importância de receber todos os itens em uma única remessa, evitando atrasos na distribuição e assegurando que os materiais sejam utilizados de forma imediata nas capacitações e campanhas educativas realizadas pela SEMDH.

Optou-se por não realizar a divisão do objeto em grupos ou lotes, tendo em vista a necessidade de padronização dos materiais gráficos, o que é essencial para garantir unidade visual, coerência na comunicação institucional e uniformidade na aplicação da identidade visual da Secretaria.

A contratação integral de todos os itens com um único fornecedor também se justifica pela necessidade de entrega conjunta, de modo a evitar atrasos na distribuição e assegurar que os materiais estejam disponíveis simultaneamente para uso nas campanhas educativas, eventos e capacitações promovidas pela SEMDH.

A fragmentação em lotes distintos poderia acarretar divergências na qualidade de impressão, diferenças de tonalidade e acabamento entre fornecedores, comprometendo a imagem institucional e a efetividade das ações de comunicação.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC20250007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Do ponto de vista jurídico, a decisão observa o disposto no art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a definir o parcelamento ou não do objeto, desde que motivadamente justificado. No presente caso, a não divisão em grupos ou lotes revela-se mais vantajosa à Administração, assegurando economicidade, eficiência e padronização, conforme os princípios estabelecidos nos arts. 5º e 11 da referida Lei.

A adoção dessa estratégia também preserva a competitividade, uma vez que o objeto licitado é de natureza comum e amplamente acessível no mercado, não havendo restrição injustificada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com o art. 4º, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não temos para este fim.

11. PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO/ AQUISIÇÃO NO PCA E JUSTIFICATIVA DA AUSENCIA NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Considerando o planejamento das contratações anuais (PCA) para o exercício de 2024, informamos que **não foi possível incluir de forma integral** as demandas previstas no Termo de Convênio TransfereGov nº 968128/2024 – Número Interno 4960/2024.

A razão principal é que a quantidade estimada de demandas no PCA 2024 será extrapolada, em razão de um aumento expressivo nas atividades institucionais planejadas para o ano. Especificamente, destaca-se a realização das conferências estaduais e nacionais, eventos que ocorrem excepcionalmente neste exercício e que demandam significativo volume de recursos operacionais e logísticos.

Essas conferências, por sua natureza e abrangência, requerem a priorização de contratações emergenciais e específicas, comprometendo, assim, a capacidade de absorção integral das demandas adicionais advindas do referido convênio no planejamento já consolidado.

Dessa forma, a inclusão parcial no PCA se mostra necessária e estratégica para garantir a execução equilibrada das ações previstas para 2024, respeitando os limites orçamentários e operacionais da Instituição.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC20250007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

A padronização e qualificação dos materiais gráficos da SEMDH potencializam a divulgação das políticas públicas, fortalecem a identidade institucional e promovem maior engajamento da população. Com compras centralizadas e planejadas, há uma redução significativa de custos administrativos e otimização da gestão dos recursos. Somado a isso, a promoção da equidade de gênero na gestão pública, por meio de uma abordagem transversal, fortalece o papel estratégico das Organizações de Políticas para Mulheres (OPMs) como articuladoras intersetoriais. Essa iniciativa beneficiará diretamente 101 Gestoras de Políticas Públicas para as Mulheres, suas equipes e as municípios atendidas pelas OPMs nos diversos municípios, contribuindo para uma governabilidade democrática inclusiva e para a construção de políticas efetivas e transformadoras.

13. PROVIDENCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes da formalização do contrato, a administração deverá designar servidores devidamente capacitados para atuarem como gestores e fiscais do contrato em cada setor ou área envolvida na contratação. Esses profissionais serão responsáveis por supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, garantindo que todas as cláusulas contratuais sejam cumpridas de acordo com os padrões estabelecidos. Além disso, será essencial que os servidores designados tenham conhecimento técnico sobre o objeto da contratação, permitindo uma fiscalização eficiente e a pronta identificação de eventuais inconformidades. Dessa forma, assegura-se a transparência, qualidade na prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações pactuadas, contribuindo para a efetividade da gestão contratual.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Não se aplica.



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC202500007V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante do exposto, opino pela viabilidade da aquisição através do processo de pregão eletrônico, considerando os princípios básicos da administração pública no âmbito das contratações e aquisições – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

João Pessoa, 16 de janeiro de 2026.

Histórico de versões:

Criado em: 18/08/2025

Modificado em: 13/09/2025

Modificado em 14/10/2025

Modificado em 11/11/2025

Modificado em 16/01/2026

16. RESPONSÁVEIS

FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA – MAT 192.812-1

CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA - MAT 186.306-1

17. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Preliminar e atesto sua conformidade:

LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA

Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana



Assinado com senha por [SMH94697] [SENHA] FRANCISCA NEUMA RIBEIRO VIANA em 20/01/2026 - 08:57hs, [SMH21212] [SENHA] CAMILA MARIA LIRA DE SOUSA ALMEIDA em 20/01/2026 - 09:15hs e [SMH21231] [SENHA] LÍDIA DE MOURA SILVA BARBOSA em 20/01/2026 - 10:27hs.
Documento Nº: 6800346.83031017-1831 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6800346.83031017-1831>



SMHPRC20250007V01